

IAOD do Deputado Lei Chan U em 29.08.2022

Prestar mais informações sobre as políticas para evitar conjecturas na sociedade

O surto da epidemia de 18 de Junho teve enorme impacto em Macau. Para reduzir esse impacto na sociedade, na economia e na vida da população, o Governo procedeu, em Julho, à segunda alteração da Lei do Orçamento de 2022. Ao lançar o “Plano de apoio pecuniário para aliviar o impacto negativo da epidemia nos trabalhadores, profissionais liberais e operadores de estabelecimentos comerciais em 2022”, foram reservados dez mil milhões de patacas para despesas com a prevenção da epidemia e futuras medidas de benefício universal. Como a primeira ronda de medidas de apoio económico, no valor de dez mil milhões, não abrangeu toda a população, a sociedade está muito atenta à segunda ronda, que inclui as medidas de benefício universal.

Segundo o Governo, esta segunda ronda vai ser lançada porque, face à mudança da situação epidémica, o ambiente socioeconómico precisa de recursos suficientes para a recuperação e o desenvolvimento, depois de se atingir o objectivo “zero casos”. Quanto às medidas de benefício universal, o Secretário para a Economia e Finanças só afirmou que ia ter em consideração o foco da atenção da sociedade, isto é, o plano de apoio generalizado aos residentes em Macau, no qual se incluem idosos, domésticas e crianças.

Antes do surto de 18 de Junho, o Governo tinha implementado várias medidas de apoio económico, nomeadamente a antecipação do pagamento da comparticipação pecuniária, a devolução do imposto profissional, apoio alimentar de curto prazo, terceira ronda de benefício electrónico ao consumo, subvenção do pagamento das tarifas de água e luz às habitações e estabelecimentos comerciais. E após o surto, divulgou, de imediato, o primeiro plano de apoio financeiro no valor de 10 mil milhões de patacas, mas parece que a implementação de medidas de benefício universal não é urgente, pois o Governo não esclareceu pormenores, deixando espaço para interpretação da sociedade. Diferentes associações e residentes manifestaram as suas opiniões, especialmente quanto aos destinatários dos benefícios, o que gerou grande controvérsia. E a situação piorou. Na recente sessão de perguntas e respostas, o Chefe do Executivo afirmou, claramente, que o segundo plano de dez mil milhões de patacas se destina apenas aos residentes de Macau, e só depois disso é que os conflitos acabaram.

Na minha opinião, face aos conflitos sociais em relação às medidas de benefício universal, o Governo bem podia divulgar oportunamente mais informações, para evitar que os conflitos fermentem, especialmente no período crítico de prevenção e controlo da epidemia, porque podem pôr em causa os respectivos trabalhos. Espero que o Governo crie e aperfeiçoe os mecanismos de

(Tradução)

interpretação das políticas, de estudo e avaliação da opinião pública, no sentido de, aquando da divulgação de políticas e medidas, disponibilizar informações mais detalhadas à sociedade, a fim de satisfazer o direito à informação da população e permitir o seu conhecimento e debate, evitando o surgimento de confusões sociais devido a informações assimétricas. O Chefe do Executivo afirmou que as medidas de benefício universal só estarão disponíveis em Novembro ou Dezembro, esperando que, durante este período, o Governo continue a auscultar as opiniões da sociedade, aperfeiçoar as medidas, articulando-as com a recuperação económica, salvaguardando da melhor forma a vida e o emprego da população.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 29.08.2022

Promover o aperfeiçoamento da lei e mecanismo sobre a reivindicação dos salários em dívida para salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores

De acordo com os dados, a DSAL resolveu 1758 conflitos laborais em 2021, 66% sobre salários em dívida e despedimento, envolvendo mais de 2000 pessoas. Apesar de o sector laboral ter reflectido várias vezes a insuficiência das leis e dos mecanismos vigentes, é difícil resolver de forma eficaz os salários em dívida, mas o Governo continua a ignorar o problema, sem tomar a iniciativa de rever e aperfeiçoar as leis.

Como os casos de salário em atraso envolvem um grande número de pessoas, a recolha de provas, a obtenção de informações junto do empregador, a elaboração de autos e outros procedimentos assegurados pelo pessoal da DSAL são bastante trabalhosos. Se os casos puderem ser tratados na fase de conciliação, se durarem ano e meio já é uma sorte, alguns têm de ser entregues aos órgãos judiciais, e muitas vezes os processos demoram mais de 2 a 3 anos, portanto, mesmo depois de muito tempo de espera e de reivindicação, alguns trabalhadores ainda não conseguiram recuperar o dinheiro que ganharam à custa do seu suor e sangue.

No final do ano passado, algumas salas VIP encerraram portas e ficaram salários e indemnizações em atraso que levaram um grande número de trabalhadores, sem outra alternativa, a pedir apoio à DSAL. Posteriormente, as salas VIP acordaram o pagamento em prestações da quantia em dívida, mas, ao mesmo tempo, exigiram-lhes que retirassem a queixa apresentada na DSAL. Muitos assinaram o acordo e retiraram a queixa, porque confiaram na empresa e queriam recuperar o dinheiro rapidamente, no entanto, a empresa não cumpriu o prazo previsto para pagar a totalidade da indemnização. Os trabalhadores estão desempregados sob um ambiente de epidemia e não conseguem receber nem o salário, nem a indemnização e o prazo para o requerer o adiantamento dos créditos emergentes ao Fundo de Garantia de Créditos Laborais já expirou. Sentem-se desamparados e esperam o apoio da DSAL.

Mais, há empregadores que não pagam salários ao longo de anos, os trabalhadores apresentaram queixas à DSAL e receberam apoio, mas a empresa adoptou medidas para arrastamento do caso e prometeu reembolsar os salários em dívida, mas nunca cumpriu, e os trabalhadores também não podem requerer o adiantamento dos créditos emergentes ao Fundo de Garantia de Créditos Laborais porque a empresa ainda não encerrou a actividades. Os trabalhadores que têm salários em atraso enfrentam muitos processos e barreiras, e não conseguem resolver a situação mesmo correndo de um lado para o outro. Depois de muitos esforços, o caso chegou à fase de julgamento nos órgãos judiciais, e a entidade patronal solicitou o pagamento da dívida em prestações, pelo que o caso

ainda se vai prolongar mais dois anos, com estas promessas a arrastar-se por vários anos e a não serem cumpridas. Como é que os trabalhadores podem confiar na entidade patronal?! Os trabalhadores já deveriam ter recebido as remunerações nos termos da lei e dentro do prazo previsto há vários anos, mas mesmo depois de todo este tempo de espera continuam a não se saber se vão ou não receber, ou então, têm de esperar pela penhora dos bens e pela comprovação do tribunal, passando por todos estes procedimentos exigidos pelo Fundo de Garantia de Créditos Laborais. Será que justiça tardia é justiça?! Estes trabalhadores são vítimas de violação dos seus direitos. Por que razão é que continuam a ser massacrados?

Receber o salário é o direito laboral mais importante, é a fonte de subsistência familiar dos empregados, e o atraso no pagamento de salários é ilegal. Porém, a prática demonstra que a lei em Macau não salvaguarda, de forma atempada e eficaz, a reivindicação dos salários em dívida. Ainda mais irónico é que desde que os empregadores paguem as dívidas antes de os casos serem entregues aos órgãos judiciais, ficam isentos das multas, independentemente do atraso no pagamento dos salários ter sido de má-fé ou do prazo de demora, por isso, o custo da infracção é zero. Esta situação de extrema misericórdia para com os infractores, e a negligência em relação às dificuldades, e ainda o tratamento irracional sofrido pelos trabalhadores devido aos salários em atraso, será que foi intenção original do Governo e dos legisladores?!

Quando os direitos são prejudicados, os trabalhadores optam, naturalmente, pela tolerância, porque confiam na parte patronal, ou porque estão numa posição mais desfavorável e passiva, mas isto não significa que a sociedade permita que os seus direitos sejam violados sem quaisquer limites. É de salientar que o Governo tem a responsabilidade indeclinável de melhorar os regimes, para reforçar a protecção dos trabalhadores! Insto uma vez mais o Governo a dar seguimento às queixas sobre salários em atraso, a proceder, séria e activamente, à avaliação da Lei das relações laborais e, em particular, a melhorar a regulamentação e os processos da reivindicação dos salários em dívida, a acelerar a prestação de apoio aos trabalhadores, e a alterar a prática actual de isenção de multa para os empregadores pelo atraso no pagamento de salários enquanto o processo está na DSAL. O Governo deve ainda estabelecer mecanismos e estipular penalidades para combater eficazmente o atraso, de má-fé, no pagamento de salários, e recorrer à melhoria dos regimes de garantia de créditos laborais e da antecipação do pagamento de salários em atraso para prestar apoio adequado aos trabalhadores que têm salários em dívida.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 29.08.2022

Deterioração contínua da situação do emprego em Macau

Graças aos esforços do Governo e dos diversos estratos sociais, a epidemia em Macau estabilizou, e o número de visitantes aumentou continuamente. Porém, desde o surto do dia 18 de Junho até agora, a situação do emprego em Macau ainda não melhorou. Segundo as recentes estatísticas divulgadas pelo Governo, a taxa de desemprego dos residentes atingiu 4,8%, a percentagem mais alta em 12 anos, com mais de 10 mil desempregados. Recentemente, recebi várias queixas de trabalhadores das PME e microempresas, alegando que foram despedidos devido às dificuldades de exploração dos seus empregadores, e alguns das concessionárias do jogo alegaram também que tinham sido despedidos. E muitos jovens, que se graduaram nestes últimos anos, afirmaram estar à procura de emprego há muito tempo, o que evidencia quão desfavorável está a situação do emprego em Macau.

Nos últimos anos, a DSAL divulgou várias medidas de apoio e de colocação de emprego, e divulgou, recentemente, que nos primeiros oito meses deste ano, prestou apoio a 4156 residentes que mais tarde acabaram por obter emprego, portanto os esforços no apoio aos trabalhadores durante a epidemia merecem reconhecimento. No entanto, perante a actual adversidade no mercado de trabalho, os residentes continuam a deparar-se com muitas dificuldades em encontrar emprego. Segundo alguns residentes, são muitas as vagas afixadas na DSAL, mas, na maioria dos casos, depois da entrevista ou apresentação, nunca mais se ouve qualquer resposta, e mais, muitas das condições salariais oferecidas são baixas, salários com os quais dificilmente se consegue sustentar a família. Como a vida é difícil, alguns passaram a dedicar-se ao “comércio paralelo”. A PJ divulgou recentemente três pedidos de ajuda de trabalhadores suspeitos de terem sido persuadidos através de burla para trabalhar no Sudeste Asiático. A questão do desemprego, para além de afectar os indivíduos e as famílias, pode dar origem a muitos problemas sociais. Tal como referiu o Secretário para a Segurança, se a taxa de desemprego continuar a aumentar, diversos tipos de conflitos sociais vão aumentar, e vão trazer para Macau mais factores instáveis que prejudicam a segurança pública, assim, é necessário que o Governo e a sociedade estejam altamente atentos a esta questão.

Face à grave situação de emprego, exorto o Governo a definir mais medidas específicas, para concretizar a prioridade dos residentes no acesso ao emprego, que é exigência legal, libertar bons postos de trabalho, e apoiar com maior precisão os desempregados na procura de trabalho, em particular nas grandes empresas, obras públicas, serviços públicos e concessionárias do jogo. De acordo com os dados da DSAL, até ao final do ano passado, as seis concessionárias tinham, por contratação directa, 2032 cozinheiros não residentes e 490 trabalhadores não residentes na manutenção de equipamentos. O número tem diminuído, mas continua a ser elevado. Estes lugares preferidos pelos residentes

têm de ser libertados, despedindo-se os trabalhadores não residentes. Há que voltar a realizar acções de formação em regime pós-laboral e remunerado, para apoiar a reintegração dos residentes no mercado de trabalho. Mais, espero que seja atribuído quanto antes apoio financeiro abrangente, para aliviar as dificuldades dos residentes. Proponho que seja prolongado o “Plano de abonos provisórios para o incentivo à contratação de residentes desempregados por empregadores durante o período da epidemia”, para criar mais oportunidades de emprego.

Por fim, quanto aos recentes despedimentos dos casinos, ainda não acabou o concurso público para as novas licenças do jogo, e já houve cortes de pessoal. Não admira que as pessoas tenham uma avalanche de despedimentos após a conclusão do concurso público. Exorto o Governo a acompanhar os casos, e a estudar sobre como promover, através do contrato de concessão, o cumprimento da responsabilidade social das concessionárias, protegendo-se assim o ganha-pão dos trabalhadores.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 29.08.2022

Construção, de forma inabalável, de um centro de turismo e de lazer a nível mundial

Refere-se, oficialmente, no 12.º Plano Quinquenal Nacional, a transformação de Macau num centro de turismo e de lazer a nível mundial. De facto, Macau dispõe de todas as condições necessárias para isso: a hora certa, as vantagens geográficas e o apoio da população. O Centro Histórico de Macau foi já incluído na Lista do Património Mundial e, em 2017 Macau foi classificada como “Cidade Criativa em Gastronomia”, e tudo isto proporciona vantagens ao nível da “hora certa” para a construção de um centro de turismo e de lazer a nível mundial. Geograficamente, Macau tem um apoio muito forte da Pátria à sua costa, e ao mesmo tempo, está também localizada numa parte mais central da Ásia e pode atrair mais turistas asiáticos. Macau tem cerca de 600.000 habitantes, incluindo os locais, cidadãos de diferentes províncias da China, chineses ultramarinos e pessoas dos países lusófonos. Como resultado, está bem posicionada para promover o turismo para os visitantes do Interior da China, chineses ultramarinos e aos visitantes dos países lusófonos. O futuro do turismo de Macau faz-se rumo à diversificação. Para além de desenvolver o turismo histórico e cultural e os passeios gastronómicos, é também necessário assegurar a diversificação da fonte de turistas. Após o retorno à mãe-pátria, os visitantes do Interior da China cresceram significativamente, especialmente após a implementação da política de visto individual em 2003, passando assim o Interior da China a um mercado de maior dimensão e crescimento mais rápido. Actualmente, apenas cerca de 10% dos visitantes de Macau são internacionais, assim, para construir um centro de turismo e de lazer a nível mundial, Macau precisa de desenvolver a vertente dos mercados internacionais.

Em 12 de Abril, na sessão de perguntas e respostas da Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, afirmou que o turismo sofreu um grande impacto devido à epidemia, considerando que o seu desenvolvimento após a epidemia era importante. Segundo o mesmo, aquando do regresso de Macau à Pátria em 1999, havia 6 a 7 milhões de turistas, que não eram, na sua maioria, do Interior da China, havia também turistas do Sudeste Asiático e do Japão. Mas, o mercado agora é demasiado monótono, por isso, a exploração de outros mercados é um novo tema para o sector turístico. Não podemos continuar a olhar apenas para um mercado monótono. Devemos manter a base do mercado do Interior da China, mas Macau precisa de explorar novos mercados. Reiterou que a missão de Macau é construir um centro mundial de turismo e lazer e não um centro do Interior da China. Os serviços de Turismo vão continuar a trabalhar através da plataforma do exterior, mas há muitos assuntos concretos que precisam do contacto do sector para um desenvolvimento conjunto.

Concordo plenamente com a opinião do Chefe do Executivo. Nos últimos três anos, o trabalho de construção de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer” foi relativamente lento, devido à prioridade dada à prevenção e controlo da

epidemia, e o desenvolvimento do turismo foi afectado directamente. Mas, os factores fundamentais favoráveis de Macau mantêm-se inalterados, e nos últimos dez anos, Macau investiu milhares de milhões de patacas em projectos de grande envergadura, tais como, *resorts* integrados, locais de convenções e exposições, centros comerciais, locais de espectáculos e instalações de entretenimento, por isso, não devemos vacilar na nossa determinação em transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, mas sim ter bastante confiança na nossa competitividade, maximizar a atracção e o conteúdo singulares dos nossos dois famosos “cartões-de-visita”: o Património Mundial e a Cidade Criativa em Gastronomia.

Face ao exposto, apresento as seguintes opiniões:

1. Sugiro ao Governo que avance, com base na ideia “uma zona, uma peculiaridade”, com os trabalhos de revitalização das zonas, focando-se nos aspectos mais detalhados, desenvolva de forma ordenada os trabalhos de “revitalização” das construções antigas e das ruas nos bairros antigos, e tome como referência as experiências das cidades que são centros de turismo e de lazer a nível mundial com “marcas antigas”, por exemplo, a Torre *Eiffel de Paris e Notre-Dame* de Paris, o Palácio de Versalhes, e a *Broadway* em Manhattan, Nova Iorque, no sentido de estabelecer ligações entre vários pontos históricos, edifícios históricos e restaurantes típicos, para assim concretizar a ideia de integração entre a arquitectura urbanística e a paisagem natural, bem como a história e a cultura. Isso tem por objectivo criar itinerários de turismo cultural com características próprias, demonstrando os conceitos de “não há lugar sem paisagem turística”, “qualquer lugar permite o entretenimento e o descanso”, “qualquer lugar serve para apreciar com os olhos e com o coração” e “qualquer lugar merece ser visitado”. As ruas e as construções “rejuvenescidas”, depois das obras de transformação, vão contribuir para atrair turistas que assim vão poder sentir “o modo de vida nos tempos antigos”.

2. Macau, enquanto cidade gastronómica, necessita de explorar ainda mais os seus elementos turísticos. O turismo gastronómico é uma parte integrante do turismo cultural. As autoridades devem “embrulhar com um bonito papel” o itinerário turístico do Centro Histórico de Macau, e conjugar a ideia de “Cidade Gastronómica” com os contos do Centro Histórico de Macau, aproveitando esses dois elementos, que são marcas de ouro de Macau, para proporcionar aos turistas uma experiência gastronómica e cultural inesquecível e impulsionar a transformação de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 29.08.2022

Segurança com a electricidade

Recentemente, registou-se um aumento e elevada frequência de incêndios que deixou a sociedade muito preocupada: no Bloco 7 do Edifício Kwong Wa, no Edifício Wai Oi, causando um morto e um ferido, e um dia depois, no saguão do Edifício Tak Kuan, na Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida. Segundo a investigação, suspeita-se que tenham sido provocados por curto-circuito de electrodomésticos ou fogo em cabos eléctricos. Assim, há que reforçar a sensibilização sobre a segurança com a electricidade.

É preciso chamar a atenção para se “retirar a ficha da tomada depois de usar os equipamentos”, “não colocar várias fichas numa tomada”, e “não tocar com as mãos molhadas em interruptores ou equipamentos eléctricos”. Além disso, como as compras *online* são muito fáceis, muitos electrodomésticos destinam-se a mercados estrangeiros, e os residentes podem descurar as diferenças de voltagem. Mais, alguns electrodomésticos não cumprem os critérios de segurança, os materiais são de má qualidade, não são à prova de fogo, mas são publicitados de forma enganosa. Espero que o Governo chame a atenção da população para verificar se os equipamentos têm certificados de segurança eléctrica do país ou região de fabrico, e que desaconselhe a compra de produtos sem data de fabrico, certificado de qualidade ou identificação da fábrica.

Depois da recente reestruturação da Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana, foi criado o Departamento de Instalações Eléctricas e Mecânicas, que é principalmente responsável pela apreciação e autorização dos planos de instalações eléctricas dos projectos de construção civil. Espero que este Departamento, em colaboração com a concessionária, assegure uma boa promoção da segurança com a electricidade, para os proprietários ficarem conscientes da sua responsabilidade pela manutenção e reparação das instalações eléctricas nos espaços privados e de uso comum. Os referidos departamento e concessionária devem reforçar a inspecção das instalações eléctricas nos espaços de uso comum dos edifícios, e se detectarem algum risco, devem notificar rapidamente os proprietários, para procederem à devida manutenção.

Há ainda que manter a comunicação com o sector das remodelações. Se os proprietários exigirem mudanças dos cabos e circuitos eléctricos, o sector deve seguir as directrizes de segurança eléctrica e enviar profissionais para tratar do assunto, e advertir os proprietários que não podem alterar o sistema eléctrico à sua vontade. Devem sim, através dos canais oficiais, apresentar o pedido aos serviços competentes e proceder à alteração depois de aprovada na vistoria, sob pena de poder originar sobrecarga eléctrica e ser um risco potencial de incêndio.

Com a entrada em vigor do “Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos”, o Governo está a desenvolver trabalhos de inspecção e divulgação em grande escala. Foram destacadas para a inspecções cerca de 160 pessoas que encontraram objectos e sapateiras nos corredores de muitos edifícios, objectos nas escadas, terraços, entradas e saídas de evacuação, e algumas portas corta-fogo danificadas e sem estarem fechadas, e durante o processo, a maioria da população colaborou na eliminação destes obstáculos. Espero que os Bombeiros continuem com as inspecções, e que, quando verificarem que há perigo de incêndio nas instalações eléctricas dos edifícios, informem os serviços competentes e notifiquem os proprietários para resolver o problema, a fim de elevar a consciência da população sobre a sua responsabilidade na segurança contra incêndios.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 29.08.2022

Aproveitar o cartão de visita de “Cidade Gastronómica” para aumentar a influência de Macau enquanto cidade turística

Macau é uma cidade pequena, mas a sua cultura gastronómica tem uma longa história, e a sua gastronomia é muito popular em todo o mundo. As comidas típicas de Guangdong, Hunan, Sichuan e Zhejiang, e a gastronomias ocidental, portuguesa, japonesa, coreana, tailandesa e vietnamita podem ser provadas em Macau, e atraem muitos turistas chineses e estrangeiros, impulsionando o desenvolvimento do turismo local.

Em 2017, Macau foi classificada pela UNESCO como Cidade Criativa de Gastronomia, e muitos restaurantes típicos foram classificados como património cultural intangível, o que trouxe oportunidades de desenvolvimento para esta pequena cidade. Porém, ao longo dos anos, para além do Festival de Gastronomia de Macau, que é realizado anualmente, são muito poucas as actividades relacionadas com a gastronomia, portanto a imagem de Cidade da Gastronomia não consegue ser perfeitamente revelada aos turistas.

Em contraste, a região vizinha de Hong Kong tem organizado vários eventos gastronómicos, por exemplo, festivais de gastronomia e prémios internacionais de gastronomia, atraindo participantes e visitantes tanto do continente como do estrangeiro. Além disso, o *website* do *Hong Kong Tourism Board* tem uma página especial com informações gastronómicas típicas locais, tornando-se num veículo importante para os elementos turísticos da cidade e para a aglomeração do sector da restauração, combinando a gastronomia com a cultura local, satisfazendo as necessidades de refeições dos cidadãos e turistas, de lazer e de visita, e elevando também a imagem da cidade em geral.

O Plano Quinquenal do País realça o apoio a Macau no sentido de enriquecer o teor do “centro de turismo e de lazer de nível mundial”. No relatório das LAG para este ano, o Governo também refere o bom aproveitamento do título “Cidade Criativa em Gastronomia” e o aumento da publicidade, apoiando as actividades de intercâmbio cultural e gastronómico de Macau, com vista a promover os pratos típicos de Macau e a dar continuidade à cultura gastronómica.

Assim, sugiro o seguinte:

1. As autoridades devem aprender com as regiões vizinhas, organizando, periodicamente, actividades e concursos de gastronomia, por exemplo, o concurso de culinária da Grande Baía, o concurso internacional de culinária, etc. para atrair chefes excelentes de todo o mundo para participar, competir e aprender, divulgando as respectivas actividades através das plataformas das redes sociais, vídeos e imagens, para aumentar a atenção das pessoas em

relação à cultura gastronómica. Isto contribui para promover a imagem turística de Macau a nível internacional, e também para formar e criar uma reserva de chefes profissionais para Macau, favorecendo, a longo prazo, a promoção da indústria gastronómica local e a reconversão e valorização das indústrias relacionadas com o turismo.

2. A transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer não é da competência de uma só secretaria ou serviço, tem de haver apoio e cooperação entre secretarias e serviços. Espera-se que os serviços competentes continuem a reforçar a cooperação interna e interdepartamental nos trabalhos de promoção turística e gastronómica, e que concretizem a comunicação e cooperação entre secretarias e serviços, com vista a elevar a influência de Macau enquanto cidade de gastronomia, a divulgar as características gastronómicas oriental e ocidental de Macau, a tornar Macau, através do aditamento de elementos diversificados, numa cidade de renome internacional e agradável para viver e visitar, e a criar a sua imagem enquanto centro mundial de turismo e lazer com a integração de diversas culturas.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 29.08.2022

Problemas das obras rodoviárias e do trânsito durante o começo do ano lectivo

Macau é pequena, a população e os veículos são muitos, e as vias já não conseguem dar resposta às necessidades. Ao longo dos anos, têm-se realizado várias pequenas e grandes obras viárias, e para reduzir os impactos para o trânsito e a população, o Governo aproveita sempre as férias dos alunos, quando os encarregados de educação não precisam de os transportar, para realizar obras nas vias públicas, assim, as férias de Verão são a época alta das obras viárias. Porém, no dia 18 de Junho deste ano registou-se um surto epidémico, a sociedade entrou em confinamento durante meio mês, e as obras foram suspensas, o que resultou num atraso significativo do seu andamento. Segundo a aplicação “localização dos autocarros” da DSAT, a maioria dos 89 itinerários sofreram alterações temporárias e na página electrónica da DSAT também se pode ver que em Setembro, quando começam as aulas, várias carreiras vão sofrer alterações. Para além disso, as obras viárias concentram-se em artérias principais, facilmente originando engarrafamentos do trânsito e cancelamento de lugares quer de estacionamento quer de paragens de autocarros, impedindo a tomada e largada de passageiros. O Governo tem recorrido ao mecanismo de coordenação das obras viárias para evitar escavações repetidas, compreende-se que a epidemia seja um factor de força maior, mas, é incontestável que estas obras afectam a vida e as deslocações dos residentes.

O novo ano lectivo está a começar. Espera-se que o Governo continue a coordenar bem o trânsito, reforce a fiscalização do andamento das obras viárias, exorte a sua conclusão a tempo ou antecipada, e evite, na medida do possível, a sua execução nas horas de ponta, para reduzir o impacto para o trânsito e as deslocações dos residentes; sugere-se ainda o destacamento de mais agentes de trânsito para manter a ordem nas vias onde as obras estão em curso. Quanto ao trânsito e às deslocações dos residentes, encarregados de educação e alunos no primeiro dia do novo ano lectivo, as autoridades devem, quanto antes, coordenar-se bem com as duas empresas de autocarros e definir planos de contingência adequados à realidade, por exemplo, aumentar a frequência dos autocarros, melhorar a triagem de passageiros, destacar pessoal para orientar os passageiros e manter a ordem, e disponibilizar carreiras rápidas, para assegurar a fluidez do trânsito e tratar de imediato incidentes de viação súbitos.

Segundo muitos residentes, devido às frequentes obras rodoviárias, as redes viárias ficam separadas, as vias ficam inacessíveis, e alguns passeios ficam mais estreitos, somando mais obstáculos para as cadeiras de rodas, carrinhos de bebé e carrinhos de compras. Mais, quando a sinalização não é clara nem colocada em lugar visível, quem anda com bebés ao colo facilmente tropeça por não ver bem a situação. Espero que as autoridades tomem a iniciativa de fiscalizar a execução

das obras, reforçando as inspecções aleatórias e sem aviso aos diversos tipos de obras, para assegurar que as instalações provisórias instaladas satisfazem os critérios de segurança. Se verificarem irregularidades, devem exigir, rapidamente, aos responsáveis das obras, a respectiva rectificação consoante a situação real; devem ainda aumentar a transparência da divulgação de informações, reforçar a sinalização nas proximidades de obras rodoviárias e planear bem as passagens provisórias para peões, melhorar a iluminação, especialmente durante a noite, e alertar o público para prestar mais atenção à situação das vias, com vista a evitar acidentes desnecessários.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 29.08.2022

Melhorar o regime jurídico e acelerar o desenvolvimento integrado da zona de aprofundamento da cooperação entre Guangdong e Macau em Hengqin

Está quase a terminar a 1.^a sessão legislativa da 7.^a Legislatura, o Governo apresentou 23 propostas de lei, das quais 13 foram e vão ser aprovadas. Os regimes relevantes relacionados com as obras de construção e que serão implementados ou discutidos neste ano são: o “Regime jurídico da construção urbana”, o “Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos” e a “Lei da Segurança e Saúde Ocupacional na Construção Civil”. A implementação destas leis, intimamente relacionadas com a vida da população, representa um progresso do sistema jurídico, acompanhando a evolução dos tempos e melhorando a qualidade de vida da mesma.

Com o contínuo desenvolvimento socioeconómico, as leis que vigoram há muitos anos necessitam de acompanhar a evolução dos tempos e ser revistas oportunamente, a fim de darem resposta ao rápido desenvolvimento das necessidades sociais. Por exemplo, alguns artigos do “Regulamento de águas e de drenagem de águas residuais de Macau” já estão desactualizados, e para a resolução das infiltrações de água nos edifícios, que preocupam os residentes, vai ser entregue à Assembleia Legislativa para discussão, no 4.^o trimestre do corrente ano, o “Regime jurídico para o tratamento de infiltrações de água nos edifícios”. Para além disso, a revisão oportuna da “Lei do trânsito rodoviário”, entre outras, está intimamente ligada à vida da população, portanto, espero que o Governo assuma uma visão prospectiva sobre o rumo do futuro desenvolvimento, melhorando a vida da população e revendo, em tempo oportuno, os respectivos diplomas legais, para o desenvolvimento harmonioso da sociedade.

Propõe-se a alteração atempada do “regime de qualificações nos domínios da construção urbana e do urbanismo”, aprovado em 2015, em articulação com o regime jurídico relativo aos talentos locais e com a alteração das designações profissionais, para a respectiva correspondência entre os profissionais de Macau e os do Interior da China.

O País está a implementar a política de protecção ambiental de carbono duplo e, na área da construção, exige-se obrigatoriamente o cálculo das emissões de carbono, e nos transportes também se promove o desenvolvimento de baixo carbono e a ideia de amigo do ambiente. Sugiro que se definam políticas e regulamentos para o sector da construção civil de Macau, aproveitando a protecção ambiental e as tecnologias para reduzir as emissões de carbono, e promover em conjunto o pico de carbono e a neutralidade de carbono”. Outros regimes jurídicos sobre a utilização do espaço subterrâneo precisam de ter muitos aspectos em conta, nomeadamente, o reforço das suas funções, pois a segurança e a prevenção de desastres são muito importantes, portanto, uma estrutura de critérios relevantes deve ser estabelecida em primeiro lugar, para o respectivo

planeamento, no sentido de garantir que as construções sejam adequadas, seguras e duradouras; devem ainda ser estabelecidos, gradualmente e quanto antes, o regime jurídico e de gestão do corredor integrado subterrâneo (tubulações comuns) de Macau, o regime de aplicação e regulamentação das novas tecnologias e novos materiais de construção, os diplomas legais relativos aos equipamentos especiais, o regime jurídico sobre a instalação e gestão de combustíveis, etc.

O desenvolvimento de Macau é inseparável do apoio da Pátria, sendo estritamente necessário integrarmos o desenvolvimento nacional. Devemos articular a área da construção civil e os sectores relacionados com as do País e internacionais, criando um mecanismo de interligação e progressão do desenvolvimento de forma gradual! As “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía” definem claramente que é necessário apoiar o desenvolvimento de Hong Kong e Macau, há que seguir as exigências do “Plano geral de construção da Zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” e tendo em conta a situação real de Macau, temos de nos empenhar na criação de normas jurídicas relacionados com a zona de cooperação aprofundada. O futuro desenvolvimento desta zona baseia-se principalmente na articulação das normas, pois é necessário ter uma base legal, assim, sugiro que os regimes jurídicos sejam definidos com base nos padrões regionais, especialmente, no que diz respeito ao desenvolvimento da zona aprofundada e da Grande Baía, que estão relacionados com a vida da população e a economia, por exemplo, há que acelerar a articulação com o plano director urbanístico, o regime jurídico da gestão informática, o regime de aquisição de bens pelo governo, o regime jurídico dos transportes (logística transfronteiriça), etc., com vista a acelerar o desenvolvimento integrado na zona aprofundada!

Por último, durante as férias legislativas, acreditamos que todos os nossos colegas continuarão a servir a população, e que na próxima sessão legislativa vamos continuar a empenhar-nos, em prol do desenvolvimento económico e da qualidade de vida da população de Macau.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 29.08.2022

A saúde mental dos residentes durante a pandemia

O impacto da pandemia é transversal, a economia está em baixa e o desemprego em alta. Juntam-se as medidas de prevenção mais rigorosas devido ao último surto de pandemia, e entre os residentes é maior a tendência de cansaço do combate à Covid-19, e os sentimentos negativos aumentam. De acordo com os últimos dados da Secretaria para a Segurança, durante o primeiro semestre deste ano, houve 123 tentativas de suicídio, mais 99 do que no mesmo período do ano passado, isto é, 25%. Após o surto de 18 de Junho, o número subiu mais, o que merece a atenção de toda a sociedade.

Perante o decrescimento económico e o impacto para a normal actividade social, resultantes da pandemia, a que acrescem diversos factores, tais como a alteração da situação epidemiológica, a sociedade vive numa atmosfera de insegurança, o que facilita o surgimento de emoções negativas, tais como o pessimismo, solidão, depressão etc. O que merece a nossa atenção é o facto de, relativamente às tentativas em suicídio, 70% delas serem do sexo feminino, das quais mais de 40% são jovens com idade entre 15 e 24 anos. De facto, durante a pandemia, os diversos grupos de pessoas viveram situações diversas, por exemplo, os adolescentes ficaram com menos actividades extra-escolares e aulas, faltando-lhes orientação correcta dos professores e agentes de aconselhamento psicológico, e ficando sem canais adequados para exprimir as suas emoções. Mais, hoje em dia, os adolescentes recebem informações sobre a sociedade principalmente através da *internet*, e como não há orientação, facilmente surgem pensamentos negativos. Segundo algumas mulheres, as pressões económicas e as decorrentes da prevenção da epidemia e dos cuidados às famílias têm vindo a aumentar; sob a epidemia, algumas recém-mães foram alvo de despedimento, e nos locais de trabalho têm-se verificado preconceitos e discriminação em razão do sexo, situação que leva facilmente a mulheres a ficarem desempregadas, e os seus encargos físicos e psicológicos aumentam. Os recentes casos de suicídio incluem também idosos. Segundo alguns idosos, não conseguem aprender a fazer o “código de saúde”, o “código de estabelecimento” e os testes rápidos de antigénio, entre outras medidas de prevenção, por isso, sentem-se desactualizados e perturbados, e tudo isto deixa-os deprimidos.

A sociedade tem ainda espaço para melhorar os seus conhecimentos sobre a saúde mental, pois algumas pessoas, mesmo deparando-se com este problema, não estão dispostas ou não sabem como pedir ajuda. Mais, as actividades sociais diminuíram durante a epidemia, por isso, há mais dificuldades na identificação dos casos ocultos. No âmbito dos serviços de saúde mental, o Governo recorreu ao sistema de prevenção conjunta de quatro níveis, ligados intimamente aos tetracíclicos, para prestar serviços às pessoas com necessidades, no entanto, estas pessoas têm de tomar a iniciativa de pedir ajuda. Assim, as autoridades devem reforçar a colaboração com as instituições civis e escolas, e através de

diversos meios e em diferentes áreas sociais, divulgar e criar um ambiente mentalmente saudável, e devem ainda criar mais serviços psicológicos *online* e presenciais nos bairros comunitários, incluindo o aumento das linhas de apoio, a aceleração do encaminhamento de doentes para os serviços externos, para reforçar a iniciativa na prestação de serviços psicológicos. E, em particular, deve-se tomar a iniciativa de dar atenção às necessidades das famílias com baixos rendimentos, das pessoas que estão à procura de emprego e dos idosos; em relação às necessidades de saúde mental e psicológica das mulheres e jovens, deve-se estudar e desenvolver, em conjunto com as associações de mulheres e jovens e as escolas, serviços específicos de apoio e a promoção respectiva; deve-se ainda iniciar o trabalho permanente de despistagem psicológica comunitária, para apoiar atempada e especificamente as pessoas com riscos de saúde mental, para prevenção dos suicídios.

Por último, apelo aos cidadãos para, caso se deparem com problemas emocionais, familiares e de saúde, procurarem activamente o apoio do Governo, das associações cívicas e das instituições particulares de solidariedade social. Sugere-se também aos cidadãos que prestem mais atenção à situação dos seus familiares e amigos; e quanto aos cônjuges, ambos devem tomar a iniciativa de partilhar a responsabilidade de cuidar da família, aliviando a pressão física e psicológica de cada um, para ultrapassarem em conjunto as dificuldades durante a epidemia.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 29.08.2022

Apoio firme ao aperfeiçoamento da Lei relativa à defesa da segurança do Estado

Para aperfeiçoar a Lei relativa à defesa da segurança do Estado, o Governo iniciou a consulta pública sobre a respectiva revisão no período de 22 de Agosto a 5 de Outubro de 2022. Apoio completamente esta revisão.

A segurança nacional é pedra basilar para manter a estabilidade. Qualquer país do mundo protege a segurança do seu país e estabelece leis para prevenir, impedir e punir os actos que prejudiquem a segurança nacional. Manter a prosperidade do país e garantir o bem-estar da população é o desejo mais básico e comum da população. A defesa da segurança nacional é uma condição prévia para garantir o emprego, beneficiar a vida da população, revitalizar a economia e proteger o mercado. Se a segurança nacional for ameaçada, não será possível proporcionar investimentos e ambiente de negócio seguros, nem um ambiente de vida estável e seguro, o que não só afecta gravemente o desenvolvimento económico, como também dificulta o bem-estar da população.

Em 2009, foi elaborada em Macau a Lei relativa à defesa da segurança do Estado, em 2018 foi criada a Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM, e em 2020, foi atribuída à Polícia Judiciária a competência exclusiva de execução da lei no âmbito da defesa da segurança do Estado. Macau tem-se empenhado, ao longo dos anos, na defesa da segurança nacional nos termos da lei, desempenhando um papel positivo na prosperidade e na estabilidade do País e de Macau.

Na minha opinião, esta revisão é muito abrangente. Em termos conceptuais, o texto sugere o aperfeiçoamento do conteúdo do crime de “sedição”, entre outros, a revisão da definição dos crimes de “subversão contra o Governo Popular Central” e a criação do crime “instigação ou apoio à sedição”, clarificando ainda mais os actos que prejudicam a segurança do Estado, tais como o conluio com forças estrangeiras. Em termos procedimentais, uma vez que a Lei relativa à defesa da segurança do Estado é aplicada e procede o Código de Processo Penal, alguns conteúdos deste Código devem ser melhorados para garantir os efeitos dissuasores da lei, por isso, vão ser criados procedimentos próprios e medidas processuais especiais que permitam às autoridades um tratamento mais eficaz dos crimes graves, perigosos e complexos contra a segurança do Estado. Para enfrentar eficazmente as ameaças à segurança nacional extremamente ocultas e evitar a fuga de suspeitos que ameacem a segurança nacional ou a perda das respectivas provas, é necessário alterar a lei, atribuir à polícia o poder de avançar com medidas de investigação e de recolha de provas, tais como “intercepção de comunicação de informações” e “restrição temporária de saída de fronteiras”.

A defesa da segurança nacional é uma responsabilidade constitucional da RAEM e um dever comum de todo o povo chinês, incluindo os residentes de Macau. A Lei relativa à defesa da segurança do Estado entrou em vigor há 13 anos, e o conteúdo da segurança do Estado e o ambiente de segurança que o Estado está a enfrentar estão a mudar de forma dinâmica, por isso, apoio plenamente o Governo da RAEM na revisão e alteração oportuna desta lei, esperando que todos os sectores da sociedade promovam, em conjunto, os trabalhos de revisão da lei e estabeleçam uma linha de defesa da segurança do Estado. Obrigado!

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 29.08.2022

Revitalizar a economia comunitária e apoiar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME)

A epidemia em Junho terminou, por agora, e o desenvolvimento socioeconómico voltou ao caminho certo. Neste momento, o que mais preocupa a sociedade é como impulsionar a recuperação estável da economia, no sentido de apoiar as PME a ultrapassar as dificuldades e a estabilizar o emprego dos residentes. Entretanto, celebra-se a Festa do Bolo Lunar e a Semana Dourada do Dia Nacional, portanto, é muito importante aproveitar a oportunidade para atrair visitantes do Interior da China.

Neste momento, o Governo já retomou as acções promocionais *online* e *offline*, realizando o programa “Sentir Macau, sem limites” e lançando promoções mensais para alargar as fontes de visitantes. Estes trabalhos são promovidos em conjunto com o sector. Além disso, prolongou o período de realização dos dois eventos, “Arraial na Ervanários” e “Arraial em Coloane”, e em Setembro vai avançar com o “Arraial na Taipa”, que vai integrar a tecnologia virtual nas ruas da comunidade. Em conjunto com os empresários locais, vão ser lançados benefícios ao consumo e prémios, o que, sem dúvida, vai aumentar a vontade de consumo dos turistas e dos residentes, constituindo um bom exemplo para revitalizar a economia comunitária.

Mas, estes três locais não são abrangentes, há ainda muitas zonas de Macau que precisam de ser expostas para beneficiar mais as PME, dinamizar a vitalidade da comunidade e promover a plena recuperação económica. Assim sendo, espero que se continue a explorar as características dos diferentes bairros comunitários, inovando com audácia nos produtos turísticos típicos, tal como a Feira do Porta-Bagagem em Zhuhai, que é inovadora e atractiva. Proponho ao Governo que incentive o sector a ter coragem de experimentar, em articulação com as características do Centro Histórico de Macau, a gastronomia, a cultura das ruas, etc., desenvolvendo mais novos projectos de economia comunitária.

Em segundo lugar, proponho ao Governo a adopção do modelo de benefício ao consumo e prémios do “Arraial na Ervanários”, numa pequena área comunitária em que as lojas se juntaram, para os benefícios serem expostos de forma concentrada, sobretudo cupões electrónicos, para atrair a atenção dos turistas e criar oportunidades de consumo. Algumas associações civis organizaram, em conjunto, actividades económicas nas comunidades, mas a divulgação e a exposição não foram suficientes. Assim, sugiro ao Governo que lhes dê mais apoio, técnico e na divulgação, para aumentar a exposição das actividades e dos respectivos benefícios.

O Governo pode integrar o Arraial na Ervanários no “Carnaval de consumo para toda a cidade”, previsto nas “Medidas de apoio ao combate à epidemia no

valor de dez mil milhões de patacas para o ano de 2022”, juntando mais lojistas para enriquecer esses eventos na sociedade. Pode até tomar como referência a “economia de tendas” do Interior da China, e facilitar o acesso dos residentes e lojistas locais a um espaço de negócio, criando-se assim um ambiente de negócio através da organização de eventos típicos e benefícios para todas as zonas, para incentivar e estimular o desejo de consumo dos turistas e residentes, e dinamizar e vitalizar a economia nas zonas comunitárias, com vista à recuperação das PME. Espero que o Governo prolongue o prazo de isenção e bonificação do “*Easy pay*”, para aliviar, continuamente, a pressão das PME e proporcionar-lhes um espaço de promoção, para uma melhor articulação com as actividades de grande escala e com o “Carnaval de consumo para toda a cidade”, a fim de aumentar a eficácia económica.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 29.08.2022

Reforçar o ensino técnico-profissional de Macau

O Regulamento Administrativo n.º 22/2021 - Regime do ensino técnico-profissional do ensino não superior entra em vigor no dia 1 de Setembro deste ano. Este diploma aperfeiçoou o ensino técnico-profissional, revendo completamente o regime vigente, a fim de responder às necessidades da sociedade em relação a quadros técnico-profissionais. A sociedade deposita muita esperança no reforço do ensino técnico-profissional, especialmente nos últimos anos, em que a taxa de desemprego bateu um novo recorde, no entanto, ainda há vagas em muitos trabalhos de natureza técnica, porque são assegurados por trabalhadores não residentes ou porque os residentes não conseguem desempenhá-los bem. As novas indústrias de Macau vão precisar de muitos e variados talentos, por isso, espero que o Governo continue a reforçar o investimento no ensino técnico-profissional e a aperfeiçoar o regime de credenciação profissional, para que os jovens de Macau tenham melhores perspectivas de desenvolvimento.

O desenvolvimento do ensino profissional não só permite aos jovens adquirir técnicas, como também lhes oferece mais oportunidades para desenvolverem as suas capacidades. Isto tem a ver com o posicionamento da política do Governo quanto ao ensino profissional, e com o apoio e a procura de quadros técnico-profissionais pela sociedade. Deste modo, o Governo tem apoiado as escolas técnico-profissionais do ensino não superior para aumentar a aceitabilidade e o profissionalismo dos respectivos cursos, tomando a iniciativa de reforçar a cooperação aprofundada entre as escolas e as empresas, proporcionando oportunidades de estágio aos alunos. Com o apoio das instituições de ensino superior de Macau, reforçou-se a criação de cursos nas escolas técnico-profissionais do ensino não superior, para que estes correspondam aos das instituições de ensino superior, o que favorece o prosseguimento de estudos e a elevação das capacidades profissionais dos alunos.

As “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” proporcionam uma ampla plataforma para a criação do mecanismo de cooperação educativa a longo prazo na Grande Baía; e as autoridades devem aproveitar os recursos de ensino técnico-profissional das cidades da Grande Baía para reforçar a ligação e a cooperação regional no âmbito do ensino técnico-profissional. Após a entrada em vigor do regulamento administrativo, serão concedidos, na graduação, um diploma de habilitações do ensino secundário complementar e um certificado de qualificação técnico-profissional aos alunos; a maioria dos certificados vai conseguir articular-se com a Grande Baía e vai ser reconhecida por ambas as partes; e os alunos das escolas técnico-profissionais poderão obter a qualificação de credenciação, estágio e emprego no Interior da China, proporcionando mais saídas aos jovens

de Macau.

No entanto, só os esforços das escolas e dos serviços de educação não são suficientes, pois, a DSAL tem a responsabilidade de promover o emprego e a formação, desempenhando um papel mais activo nos trabalhos de coordenação de estágios e acções de formação por parte das empresas. Espera-se que os diversos serviços públicos reforcem a cooperação, dando mais apoio e colaboração às escolas técnico-profissionais, para que o ensino e a formação técnico-profissional em Macau possam desenvolver-se melhor.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 29.08.2022

Há que preparar antecipadamente o início das aulas

A epidemia fez com que o ano escolar terminasse mais cedo, em Junho, os alunos ficaram sem vida escolar durante muito tempo, portanto, as expectativas são especiais em relação ao início do novo ano escolar. Com a aproximação do novo ano lectivo, os encarregados de educação e os alunos estão ocupados a preparar-se, e as escolas e professores também se estão a preparar para o novo ano lectivo, para ajudarem os alunos a adaptarem-se melhor à vida escolar e até à mudança do ambiente. A sociedade presta igualmente grande atenção à preparação e prevenção da epidemia antes do início do novo ano lectivo.

O Chefe do Executivo afirmou recentemente que, depois de uma avaliação e tomada de decisão, o novo ano lectivo podia começar em Setembro, e que os Serviços de Educação iam divulgar entretanto, as medidas de prevenção, e comunicar e discutir com as escolas e as associações educativas sobre as diferentes orientações para o novo ano lectivo, para que tudo corresse bem em Setembro; as orientações exigem aos alunos e pessoal docente que regressem à sua residência habitual dez dias antes do início do novo ano lectivo, e que apresentem o certificado de resultado negativo do teste de ácido nucleico no período de 72 horas no dia do início do novo ano lectivo. Os serviços competentes recolheram as listas de alunos e docentes nas escolas de Macau, e estabeleceram, em conjunto, uma página electrónica exclusiva, com vista a ajudar as escolas a disponibilizarem docentes e alunos para a realização de testes de ácidos nucleicos. Foram também recolhidas listas dos alunos transfronteiriços que residem em Zhuhai e Zhongshan, para que os mesmos possam, munidos de cartão de estudante válido, deslocar-se a seis hospitais de Zhuhai para fazerem o respectivo teste. Reconheço o trabalho desenvolvido pelas autoridades e considero que estas medidas são adequadas e correspondem às instruções de prevenção da epidemia dadas pelo Governo. Desde que sejam bem organizadas e aplicadas, acredito que tais medidas vão merecer o apoio e a colaboração de todos.

Para que as aulas possam decorrer sem sobressaltos, os trabalhos de prevenção da epidemia possam ser desenvolvidos com mais sucesso e os professores e estudantes possam ter uma vida escolar segura e tranquila, apresento as seguintes sugestões:

1. Orientações claras sobre prevenção da epidemia nas escolas contribuem para a implementação dos trabalhos de prevenção da epidemia

Para além da limpeza e desinfeção das escolas antes do início das aulas, sugiro ao Governo que ajude as escolas a preparar materiais suficientes para a prevenção da epidemia, incluindo álcool, máscaras, etc., e que divulgue mais e claras orientações para as actividades escolares, por exemplo, sobre a prática de

exercício físico de alta intensidade nas aulas de educação física. Face às instruções de suspensão das aulas dos diferentes níveis de ensino devido à epidemia, sugiro o Governo que defina, quanto antes, planos e programas concretos, apoiando os encarregados de educação e as escolas na boa preparação dos materiais e dos cursos.

2. Articulação do trânsito para garantir a fluidez das vias no início das aulas

Quando as férias grandes terminam e as aulas começam, o trânsito é sempre um dos assuntos que mais preocupam a população, e, para além das orientações das autoridades educativas sobre a dispersão do horário e data do início das aulas das diferentes fases de ensino, sugiro que as autoridades competentes planeiem com antecedência o destacamento de agentes policiais nas proximidades das escolas, nos locais onde há obras rodoviárias e nos locais onde são frequentes os congestionamentos. Há que garantir a fluidez das vias públicas através da conjugação dos equipamentos inteligentes de trânsito, do reforço da execução da lei sobre o estacionamento ilegal, do aumento oportuno da frequência dos transportes públicos, e do apelo aos pais e estudantes para prestarem atenção à situação real do trânsito, saírem de casa com antecedência, usarem racionalmente os transportes públicos ou deslocarem-se a pé.

3. Dar maior atenção às necessidades físicas e psíquicas dos alunos e efectuar o devido ajustamento

As actividades, intercâmbios e cerimónias de muitos alunos do fim do ano lectivo passado foram afectadas. Com todas estas situações imprevistas e a ausência prolongada de vida escolar, os alunos vão deparar-se com dificuldades de adaptação, vão sentir pressão na aprendizagem, e algum nível de cansaço devido à luta contra a epidemia. Com vista a melhor cuidar das suas necessidades, sugere-se às autoridades a coordenação com as escolas, encarregados de educação, professores e assistentes sociais, para aperfeiçoamento do mecanismo de cooperação e comunicação, prestando-se, de imediato, apoios e orientações adequadas aos alunos. Por outro lado, se as condições o permitirem, espera-se que todos os envolvidos acrescentem algumas actividades ou supram as que não foram concluídas no passado ano lectivo, para que os alunos possam ficar com melhores recordações.

4. Apoiar os estudantes das instituições de ensino superior a regressarem à escola

Segundo alguns estudantes do ensino superior que vão prosseguir os seus estudos no Interior da China ou no exterior, as medidas antiepidémicas variam de região para região e algumas são ambíguas devido às exigências locais. Sugiro às autoridades que facultem, através das páginas electrónicas ou de outras formas, mais informações aos estudantes do ensino superior sobre as suas necessidades na retoma das aulas e as medidas de prevenção da epidemia das diferentes

regiões. Por exemplo, o Ministério da Educação do País emitiu recentemente sete notificações sobre o início das aulas no primeiro semestre de 2022, que têm a ver com os trabalhos de prevenção e controlo de epidemias, e servem para os estudantes ficarem esclarecidos sobre as últimas informações do local e a situação da escola. Ao mesmo tempo, foram reforçados os mecanismos para ajudar os estudantes do ensino superior a comunicarem e apresentarem as suas solicitações, com vista a que estejam bem preparados para o início das aulas!

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 29.08.2022

Aperfeiçoamento do Regime Jurídico relativo à Segurança do Estado contribuiu para o desenvolvimento e a estabilidade a longo prazo de Macau

Recentemente, o Governo da RAEM procedeu formalmente a uma consulta pública sobre a revisão da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, o que constitui um marco importante para Macau, proporcionando uma base mais sólida para a manutenção da estabilidade e segurança da sociedade de Macau a longo prazo. Estou plenamente de acordo e apoio a ideia de que a segurança nacional é uma responsabilidade e um dever de cada cidadão, pois tal como se diz, não há lar sem Estado. Os diversos sectores estão muito atentos a esta revisão da lei, e nos últimos dois dias manifestaram o seu apoio através de diversos canais, o que demonstra a forte vontade dos residentes de Macau em defender a segurança do Estado. O Governo da RAEM deve concretizar, efectivamente, esta responsabilidade constitucional.

O Governo da RAEM tem defendido firmemente a segurança nacional nos termos da lei, implementando a regulamentação prevista no artigo 23.º da Lei Básica com a aprovação, em 2009, da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”. O artigo 23.º é um pilar da estabilidade que, pelo menos, desencorajou algumas pessoas de arranjar problemas em Macau, salvaguardando assim a segurança nacional, e promovendo o desenvolvimento estável de Macau. Isto fez com que a população de Macau sentisse profundamente que apenas com a segurança do Estado é que se pode ter a vida estável de hoje. Diz-se que “só há família quando existe nação”, e é por isso que, ao longo dos anos, os residentes de Macau têm defendido conscientemente a segurança nacional. É claro que, ao longo dos mais de 10 anos de aplicação da lei de “defesa da segurança do Estado”, o desenvolvimento social tem sofrido várias mudanças, e os actos de secessão que põem em perigo a segurança do Estado não se limitam ao recurso à violência, sendo praticados de forma não violenta. Face a essa nova conjuntura, é indispensável e oportuno que o Governo da RAEM proceda à revisão legislativa da referida lei.

Com as rápidas mudanças da conjuntura internacional e económica, a continuidade dos actos provocadores das forças estrangeiras e a intervenção nos assuntos internos de outros países, estão a ser destruídos a segurança e o desenvolvimento estável regionais. A recente visita a Taiwan da deputada norte-americana de Pelosi violou gravemente a soberania, a segurança e os interesses do desenvolvimento do nosso País. Perante estes desafios externos à segurança, o Governo deve ter uma linha de base, para poder defender plenamente a segurança nacional e garantir plenamente o desenvolvimento estável e seguro de Macau. Com o forte apoio do País, o Governo deve proceder, quanto antes, à revisão legislativa, colmatando as lacunas e prevenindo-as, nos termos da lei, com vista a enfrentar riscos de segurança complexos e variáveis e a

assegurar, com base no princípio “um país, dois sistemas”, a segurança e a estabilidade a longo prazo de Macau e o seu desenvolvimento estável e duradouro. Além disso, aquando da realização da consulta pública, devem ser reforçados os trabalhos de esclarecimento sobre o conceito geral de segurança nacional e a situação que a segurança nacional está a enfrentar, para que a população possa compreender melhor as necessidades dos respectivos trabalhos e que os diversos sectores da sociedade possam estar unidos para uma boa realização dos trabalhos de revisão legislativa, a fim de concretizar, de forma plena e precisa, o princípio “um país, dois sistemas”, e de contribuir devidamente para o desenvolvimento de Macau e do País.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 29.08.2022

A defesa da segurança nacional é uma responsabilidade indeclinável de Macau

Na semana passada, o Governo iniciou a consulta pública sobre a revisão da Lei relativa à defesa da segurança do Estado. O documento de consulta apresenta as cinco principais orientações para a revisão da lei, auscultando amplamente as opiniões dos diversos sectores da sociedade, na expectativa de que a lei atinja o mesmo nível de defesa das leis do País e da RAEHK, e que a RAEM cumpra o mesmo padrão de segurança nacional.

Nos últimos anos, Macau tem promovido, de forma ordenada, os trabalhos relativos ao aperfeiçoamento do regime jurídico e do mecanismo de execução relativo à defesa da segurança do Estado, ao aperfeiçoamento activo da legislação complementar relativa à defesa da segurança do Estado, à criação da Comissão de Defesa da Segurança do Estado e à implementação do regime de assessor de segurança nacional, à criação de uma instituição especializada para a defesa da segurança nacional, à realização contínua da Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional, a fim de elevar, de forma contínua, a consciência dos residentes de Macau sobre a segurança nacional. Em Macau, o conceito de segurança nacional está cada vez mais enraizado na mente da população e o sistema de trabalho sobre a segurança nacional está cada vez mais aperfeiçoado.

A segurança nacional está intimamente relacionada com a estabilidade a longo prazo de Macau, todos somos responsáveis por ela e devemos assumir as nossas responsabilidades. Perante uma conjuntura interna e externa cada vez mais complexa e mutável, Macau deve acompanhar a evolução dos tempos, procurar reunir o consenso da sociedade, aperfeiçoar continuamente a Lei relativa à defesa da segurança do Estado, e elevar a capacidade de Macau na defesa dos assuntos da segurança do Estado, salvaguardando efectivamente a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento do país. A presente revisão tem como objectivo concretizar, de forma plena e precisa, o princípio “Um País, Dois Sistemas”, defender eficazmente a ordem constitucional estabelecida pela Constituição e pela Lei Básica, implementar o conceito geral de segurança nacional e proteger os legítimos direitos e liberdades dos cidadãos, manter a prosperidade e a estabilidade de Macau a longo prazo e fornecer uma forte garantia institucional à implementação estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas”. Acredita-se que o Governo e os diversos sectores da sociedade estão unidos para levar a bom termo os trabalhos da presente revisão legislativa, salvaguardando, em conjunto, a segurança nacional e a prosperidade e estabilidade de Macau a longo prazo.

A defesa da soberania, da segurança e dos interesses de desenvolvimento é uma exigência necessária para garantir a paz e a estabilidade duradoura do País, e também para a prosperidade e a estabilidade a longo prazo da RAEM. A sociedade de Macau necessita da garantia da segurança nacional para se manter harmoniosa e estável, para a economia se desenvolver de forma sustentável, e para os cidadãos viverem e trabalharem em paz. A defesa da segurança nacional consiste em insistir e aperfeiçoar o sistema de “Um país, dois sistemas”, correspondendo aos interesses gerais dos cidadãos de Macau. Espero que o Governo continue a integrar as forças de todas as partes envolvidas na defesa da segurança nacional, a reforçar a sinergia interdepartamental nesse trabalho, e a elevar a consciência e a capacidade para enfrentar os riscos e desafios de segurança de uma forma abrangente. Ao mesmo tempo, deve continuar a reforçar os trabalhos de sensibilização e de educação sobre a defesa da segurança nacional, elevando continuamente a consciência dos cidadãos sobre a segurança nacional, bem como formar uma forte sinergia social e construir uma garantia sólida para a defesa da segurança nacional.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 29.08.2022

Garantia do emprego dos residentes Concretização das medidas generalizadas de apoio

O ambiente de negócios e o mercado de emprego de Macau continuam a ser afectados pelo impacto da epidemia. Segundo os dados dos Serviços de Estatística, a taxa de desemprego dos residentes locais aumentou, significativamente, de 2,3%, registada entre Novembro de 2019 e Janeiro de 2020, para 4,8%, registada entre Abril e Junho do corrente ano; e a situação do emprego continua a piorar. Assim, os desempregados necessitam urgentemente de atenção e apoio. É de salientar que nas “Opiniões sobre a avaliação do impacto da situação actual do sector do jogo na segurança de Macau na primeira metade do ano 2022”, divulgadas há dias, refere-se o seguinte: “prevendo-se que será difícil ocorrer uma diminuição acentuada da taxa geral de desemprego, no curto prazo. Embora não haja grave perigo oculto para a segurança da sociedade, não se pode descartar que a situação económica possa gerar mais factores de instabilidade. O Governo e a sociedade precisam manter um alto grau de vigilância”. Por isso, não se pode descurar o problema do desemprego, pois é um problema relacionado com a vida da população e que tem implicações para a estabilidade social.

Tendo em conta o impacto da epidemia no ambiente de emprego, o Governo implementou sucessivamente o “plano de formação subsidiada”, o “plano de estágio para melhores perspectivas de trabalho” e o programa de estágio para os jovens de Macau no Interior da China; e foram realizadas várias sessões de emparelhamento de emprego, *online* e *offline*, para apoiar os residentes a encontrar emprego. Só que a situação do emprego não melhorou e está a piorar, o que demonstra que os efeitos reais dessas medidas são limitados. Quanto ao “Plano de abonos provisórios para o incentivo à contratação de residentes desempregados por empregadores durante o período da epidemia”, pouco depois do seu lançamento, surgiu a “epidemia de 18 de Junho”, com os diversos sectores a sofrerem grande impacto, agravando o abrandamento da procura de recursos humanos. Assim, até 10 de Agosto, foram apenas apresentados 95 pedidos para a contratação de um total de 125 trabalhadores. Podemos antever que os efeitos deste plano não vão ser os desejados. Com a entrada de um grande número de recém-licenciados no mercado de trabalho e de acordo com a actual previsão socioeconómica, o número de desempregados vai continuar a aumentar e o ambiente de emprego continua a ser preocupante.

É de salientar que garantir o emprego equivale a garantir a estabilidade social. O Presidente Xi Jinping afirmou várias vezes que “o emprego é a base da vida da população, e o emprego é a maior fonte do bem-estar da população”. Por isso, o Governo deve abandonar as suas ideias, e continuar a melhorar e a aperfeiçoar as políticas de emprego, com vista a assegurar o bem-estar da população e a estabilidade social. Actualmente, muitos residentes estão em situação de subemprego ou até de desemprego há já muito tempo, o rendimento familiar

sofreu uma queda brusca, a pressão económica continua a agravar-se, e torna-se difícil a sua vida nessa situação urgente. O Governo deve divulgar, quanto antes, o plano para as medidas e benefícios generalizados com a segunda verba “10 mil milhões de patacas”, por forma a resolver as necessidades prementes dos residentes. O mais importante é proceder, quanto antes, à revisão e optimização contínua da política de emprego, apoiando efectivamente o emprego dos residentes. Esta deve ser a prioridade das acções governativas.

Apresento as seguintes opiniões e sugestões em relação à divulgação, quanto antes, das medidas de benefícios, à elaboração de planos eficazes para o emprego e à concretização precisa da saída dos não residentes:

1. Divulgar, quanto antes, as medidas de benefícios da “segunda 10 mil milhões”, incluindo se se adopta a proposta de subsídios pecuniários, para que os desempregados e as pessoas com dificuldades económicas, que não conseguiram obter apoio na primeira ronda, possam obter apoio adequado, para aliviar as suas dificuldades económicas resultantes da epidemia.

2. O prazo específico do plano relativo ao incentivo à contratação dos residentes locais termina no dia 31 do corrente mês. Sugiro ao Governo que reveja, quanto antes, a respectiva eficácia, de acordo com os dados disponíveis e com as necessidades da sociedade, para definir medidas adequadas à realidade social; ao mesmo tempo, deve continuar a otimizar o plano de emprego implementado desde a ocorrência da epidemia, e a lançar, em tempo oportuno, novas medidas de incentivo ao emprego, com vista a apoiar a colocação profissional dos desempregados e a assegurar a estabilidade social.

3. Segundo os dados da DSAL, até finais de Junho do corrente ano, existiam em Macau 132 937 trabalhadores não residentes indiferenciados. Exorto o Governo a avaliar, de forma contínua, a situação de contratação de não residentes pelas concessionárias do jogo, bancos e lojas de venda a retalho de produtos de marca, com vista a libertar mais postos adequados aos trabalhadores locais, em funções que estão a ser exercidas por não residentes, tais como pessoal administrativo, empregados de balcão, e assim aumentar as oportunidades de emprego dos locais.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 29.08.2022

Acelerar o desenvolvimento do Metaverso, uma nova saída para a retoma da economia

Recentemente, numa reunião plenária da Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo afirmou que a inteligência artificial ia ser o principal do desenvolvimento das indústrias emergentes, e que o desenvolvimento do Metaverso merecia elevada atenção. Ao mesmo tempo, o Secretário para a Economia e Finanças, Lei Wai Long, incentiva os jovens a saírem de Macau para Hengqin, no sentido de integrar e explorar as oportunidades decorrentes do desenvolvimento do Metaverso.

De facto, a popularização do Metaverso vem impulsionar o desenvolvimento de uma economia digital com elevada qualidade, potenciando as indústrias tradicionais, para além da optimização do desenvolvimento das indústrias. Recentemente, a nossa vizinha província de Guangdong apresentou, expressamente, uma articulação estreita entre o desenvolvimento da economia digital e a construção da Grande Baía, com vista à formação duma nova força motriz no desenvolvimento económico. Sob esta conjuntura, a Comissão Executiva da Zona de Cooperação Aprofundada anunciou, no mês passado, que esta Zona ia avançar com a construção de um “Supercampo de Testes para o Metaverso” em diversas áreas, tais como, cultura, turismo, convenções e exposições, manufactura de alta gama, cidade inteligente, etc., no sentido de formar, gradualmente, um novo campo para o desenvolvimento das indústrias do Metaverso, apoiando o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

As características do metaverso são altamente compatíveis com o desenvolvimento das “quatro grandes indústrias”, mas como o metaverso precisa de muitas infraestruturas de suporte, por exemplo, estações de comunicação 5G, bases de dados, centros de supercomputação e instalações de redes, e de diversos quadros qualificados, Macau deve aproveitar bem a Zona de Cooperação Aprofundada para desenvolver as vantagens da integração Hengqin-Macau, e fazer bem o *upgrade* das indústrias de turismo, convenções e exposições, e financeira, com vista a trazer novas oportunidades para a recuperação económica após a epidemia.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Recentemente, foi divulgado o “Plano para a implementação, na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqing, das políticas e medidas do Conselho do Estado, destinadas à consolidação e à estabilização económicas”, segundo o qual há que formar e desenvolver novos modelos de *internet* da próxima geração,

como o metaverso, colocar o foco na aplicação integrada e inovadora das técnicas essenciais do metaverso, e criar a primeira zona inovadora e experimental do metaverso ao nível nacional. Assim, na fase inicial da incubação e desenvolvimento da indústria de metaverso, o Governo deve adoptar uma atitude de abertura e apoiar as empresas tecnológicas locais na participação na investigação e inovação, para formar um complexo inovador do metaverso, pois só com o desenvolvimento diversificado das indústrias é que será possível alcançar o seu desenvolvimento próspero, proporcionando assim garantias para o *upgrade* das indústrias físicas.

2. O desenvolvimento da indústria megaverso insiste na promoção da integração profunda das indústrias físicas com a economia digital, para criar novos modelos e formas de operação nas indústrias físicas e constituir uma nova força motriz para a actualização global da economia física. Neste aspecto, Macau encontra-se ainda numa fase inicial, e neste momento, só há, por exemplo, actividades no Museu do Grande Prémio de Macau e no “Arraial na Ervanários”, em que podemos experimentar o jogo de RA através da leitura do código QR, tirar fotos e partilhá-las *online*. O Governo deve tomar como referência as práticas do Estado, incluir a indústria megaverso no plano de desenvolvimento industrial e definir claramente os rumos de actualização para as diversas indústrias. Por exemplo, a indústria de convenções e exposições, para além de expor produtos, pode também fornecer experiências “in loco”; as indústrias culturais e criativas podem aproveitar os pontos turísticos e as características comerciais dos bairros comunitários, criando oportunidades para as PME, as indústrias culturais e criativas e as indústrias tradicionais. O sector financeiro moderno pode tomar como referência a prática de Hong Kong, criando uma licença para a prestação de serviços de activos virtuais, a fim de promover a valorização da indústria financeira moderna.

3. No que diz respeito à garantia do desenvolvimento das indústrias, o Governo tem de fazer bem em três aspectos: políticas, apoios financeiros e recursos humanos. O Governo deve elaborar, antecipadamente, diplomas legais para fiscalizar os activos virtuais, formar pessoal profissional e promover a valorização dos actuais talentos. Mais, podem introduzir-se elementos megaverso nas convenções e exposições oficiais, cabendo ao Governo liderar a promoção da valorização das indústrias, com vista à concretização do desenvolvimento económico de alta qualidade.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 29.08.2022

Acelerar a recuperação do consumo turístico

Em 18 de Junho do corrente ano, ocorreu em Macau um surto epidémico. O Governo, sob a liderança do Chefe do Executivo, tomou medidas oportunas e eficazes. Com a cooperação activa dos diversos sectores da sociedade e de toda a população, a epidemia foi derrotada. Face ao fenómeno de normalização da epidemia, os trabalhos de prevenção e controlo não podem ser relaxados, e há que continuar a reforçá-los para garantir a segurança e o turismo.

Macau é rica em história e cultura. Se se conjugarem estes dois elementos com os projectos baseados na ideia “um centro, uma base”, é possível acelerar a criação de mais pontos históricos e culturais com características próprias e explorar novos produtos turísticos culturais, bem como reforçar, de forma contínua, o sector cultural e turístico, impulsionando, desse modo, a recuperação do turismo e do consumo. Neste momento, Zhuhai e Macau acabaram com a quarentena para as pessoas que passam a fronteira, por isso, há que reforçar a promoção turística e conjugá-la com a oferta de descontos ao consumo, entre outras medidas, para que Macau se torne num destino de viagem para os turistas da China. Sob a orientação do Governo, o sector turístico deve continuar a desenvolver a cooperação turística com a Grande Baía, bem como alargar as fontes de turistas, promovendo o desenvolvimento turístico da Grande Baía. Neste momento, espera-se que sejam reforçados os trabalhos para atrair mais visitantes da Grande Baía para Macau, especialmente no Festival de Bolo Lunar e no dia da celebração da Implantação da República Popular da China, entre outros feriados, a fim de impulsionar a recuperação do turismo, apoiar a dinamização da economia e aliviar o desemprego, e de nos prepararmos melhor para atrair os turistas estrangeiros a visitarem Macau e a Grande Baía.

Mais, há que acelerar a integração turística entre Macau e a Ilha de HengQin, criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento, criar “de mão dada” itinerários turísticos assentes em “uma rota, vários pontos”, explorar novos produtos turísticos, promover o turismo bidireccional entre Macau e a Ilha de HengQin, e o desenvolvimento integrado. Tudo isto irá contribuir para a construção de um centro mundial de turismo e lazer e para diversificar adequadamente a economia de Macau.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 29.08.2022

Despesas com os testes de ácido nucleico dos grupos profissionais chave das micro, pequenas e médias empresas devem ser suportadas pelo Governo

Com o controlo do surto pandémico de 18 de Junho, Macau retomou a normalidade de prevenção a partir de 8 de Agosto. Os Serviços de Saúde publicaram, em 5 de Agosto, as Orientações sobre a realização periódica do teste de ácido nucleico contra a Covid-19 para os grupos profissionais chave e actualizaram as mesmas no dia 12 de Agosto, exigindo a realização de testes periódicos a vários grupos profissionais chave com maior risco de infecção, com frequências de um teste por dia, ou de dois em dois dias, um em quatro dias e um em sete dias, cabendo aos serviços competentes a supervisão da execução dos trabalhos pelos indivíduos e entidades públicas ou privadas; e os serviços, instituições e empresas têm de elaborar e actualizar as listas dos seus trabalhadores para serem submetidas aos serviços competentes.

No início, os Serviços de Saúde afirmaram que as despesas com testes regulares dos trabalhadores eram suportadas pelo Governo e pelas empresas, e não por eles próprios. Mas, as orientações referidas não clarificaram quais os grupos profissionais chave cujas despesas deviam ser suportadas pelo Governo e pelas empresas. Recebi também muitas queixas de PME e microempresas, afirmando que os serviços públicos têm opiniões diferentes sobre a questão. Muitas empresas já foram obrigadas a suportar as despesas com os testes de ácido nucleico dos seus trabalhadores, o que aumentou muito os seus custos e encargos.

Em seguida, os Serviços de Saúde responderam que a autoridade tinha enviado ofícios a todos os serviços públicos, clarificando quais eram os grupos-chave cujas despesas eram suportadas pelo Governo ou pelas empresas. Em termos de grau de risco, as despesas com os trabalhadores pertencentes ao grupo-chave de elevado risco são pagas pelo Governo, ao passo que as despesas com os trabalhadores que apresentam menor risco são assumidas pelas empresas. É de salientar que este método é claramente diferente do princípio defendido pelos serviços de saúde desde a ocorrência do surto, segundo o qual as despesas com os testes exigidos são pagas pelo Governo, só os testes para efeitos de passagem das fronteiras é que têm de ser feitos a expensas do interessado. Mais uma vez, esse método é claramente diferente do que consta das “Opiniões sobre a aceleração da implementação do teste do ácido nucleico para Covid-19” da Comissão Nacional de Saúde, em que se exige a “realização de teste de ácido nucleico à população desde que seja possível”, e neste caso as despesas com os testes são pagas pelos governos locais!

Segundo os Serviços de Saúde, 188 mil pessoas pertencem aos grupos profissionais chave, mais 20 a 30 mil do que antes do surto de 18 de Junho, representando 20% da população empregada, ou seja, 364 mil. Acredita-se que a testagem a estes grupos vai continuar, e isto vai implicar encargos extra para as PME, atingidas há muito pela Covid-19.

É de sublinhar que as receitas das PME estão a ser fortemente afectadas pela pandemia, e as despesas com a testagem dos trabalhadores vão agravar a sua pressão económica. Exorto o Governo a suportar estas despesas das PME, excepto as empresas que tenham mais facilidade financeira, pois não se deve continuar a sobrecarregá-las com despesas extra durante a pandemia.

IAOD dos Deputados Kou Kam Fai, Iau Teng Pio e Pang Chuan em 29.08.2022

Fazer bem os trabalhos de início do novo ano lectivo, com base na experiência adquirida na prevenção da epidemia

Ao longo de mais de dois anos de provação devido à epidemia, os residentes testemunharam as acções imediatas e a união do sector educativo na construção duma barreira de prevenção e na garantia da qualidade pedagógica. Entretanto, temos apoiado firmemente os trabalhos e testes de ácido nucleico, empregando esforços para ganhar a guerra contra a epidemia.

Macau já entrou na fase de normalização da prevenção, as instituições do ensino superior iniciaram as aulas sem sobressaltos, e os Serviços de Educação já anunciaram as medidas de prevenção para o novo ano lectivo nas escolas do ensino não superior. Assim, vamos empregar todos os esforços para garantir a saúde e segurança dos alunos e dos docentes, fazendo bem os preparativos para assegurar, ao mesmo tempo, o trabalho pedagógico e a prevenção nas universidades e nas escolas primárias e secundárias. Sugerimos então o seguinte:

1. Sintetizar as experiências na prevenção epidémica para enfrentar futuros desafios. Primeiro, há que programar com cuidado, incluindo a realização de testes de ácido nucleico e a antecipação do regresso dos professores e alunos à sua terra de residência antes do início do ano lectivo, a aquisição de manuais escolares e uniformes em período diferentes, a organização dos almoços e do descanso para almoço dos alunos, o tratamento das dificuldades dos professores e dos alunos transfronteiriços, a limpeza e desinfecção das escolas, a proposta para a aprendizagem em casa durante a suspensão das aulas e o apoio pedagógico *online*, etc. Além disso, é necessário orientar os alunos para compreenderem e apoiarem as medidas respectivas, e a comunicação com os pais também deve ser reforçada... Tendo em conta as experiências do passado, o Governo deve abrir mais postos de testagem e organizar testes em diferentes períodos, para evitar “engarrafamentos”. Assim, podemos iniciar, de forma segura, ordenada e eficaz, todas as fases dos trabalhos de prevenção epidémica para a abertura do ano lectivo, e preparar bem a gestão dos referidos trabalhos na primeira semana importante após o regresso às escolas. Deve ainda reforçar-se a divulgação entre os jovens sobre as políticas e as responsabilidades legais na prevenção epidémica, estabelecendo bem as linhas de defesa nas escolas.

2. Reunir as forças de todas as partes para proteger o crescimento da vida. Esperamos reunir as forças da família, da escola e da comunidade para divulgar os conhecimentos sobre a prevenção e o controlo da Covid-19 e das doenças transmissíveis comuns no Outono-Inverno; encorajar os alunos a partir dos três anos a vacinarem-se quanto antes, promover a dose de reforço entre os docentes, e sensibilizar para os bons hábitos de higiene, saúde e protecção individual. O novo ano lectivo está a iniciar-se, por isso, os alunos devem estar

emocionalmente bem preparados para os estudos, então, convém lançar várias medidas para se prestar atenção à saúde psicológica dos alunos durante a epidemia e orientar os docentes e os pais para prestarem mais atenção à situação dos alunos e os apoiarem atempadamente. Na preparação para o novo ano lectivo, ninguém pode esquecer-se de promover a educação para a vida, desenvolvendo diversas actividades culturais e artísticas, com vista a demonstrar carinho para com as pessoas.

3. Enriquecer a matéria didáctica e narrar bem a história do combate à pandemia. Os estudantes testemunharam o combate e nunca vão esquecer o impacto da pandemia, pois o seu crescimento foi afectado. As escolas devem conceber actividades didácticas, transformando o espírito do combate à pandemia em força motriz da educação, para as crianças respeitarem o esforço e a dedicação dos que participaram no combate à pandemia, adquirirem os valores da responsabilidade e moralidade, e a consciência de que a prevenção e controlo é responsabilidade de todos, e que temos de valorizar o presente, que foi dificilmente conseguido.

Incólume se mantém a nossa terra, inalterada a juventude permanece. A movimentação e a azáfama, acalmadas durante muito tempo, voltaram a iluminar as escolas. Gostaríamos de saudar os pais dos alunos pelo louvável contributo, pois tiveram de trabalhar de casa e cuidar dos filhos durante o surto de pandemia. A situação ainda é bastante imprevisível, e não podemos baixar a guarda. A pandemia é inclemente, mas a nossa terra está cheia de amor. Nos momentos difíceis, temos de manter a esperança, e potenciar o espírito de Macau, isto é, solidariedade e confraternidade, empenhados para prevenir e controlar a pandemia, e promover a retoma económica.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 29.08.2022

Sob a epidemia, os residentes de diversas cidades suspenderam as suas viagens, deixando a indústria do turismo de Macau “estagnada”. No início deste mês, os Serviços de Turismo afirmaram que, com a estabilização da epidemia, iam avançar com os preparativos para atrair rapidamente os turistas, através de actividades turísticas e económicas. Segundo afirmações recentes do Instituto Cultural, a Casa do Mandarim, o Teatro D. Pedro V e as Oficinas Navais vão ser aproveitados como pontos-piloto para espectáculos com características locais, e as Oficinas Navais e os estaleiros navais de Lai Chi Vun vão ser abertos, para efeitos de exploração comercial. Com estas medidas favoráveis, o Governo toma a iniciativa de dinamizar, em diversas vertentes, o ambiente turístico, estimulando a economia comunitária, para destacar, através do turismo, a rica cultura de Macau, desenvolvendo as funções "Turismo +".

Nesta nova era, só com a inovação é que se pode alcançar o desenvolvimento sustentável. Este ano, o Conselho do Estado divulgou o 14.º Plano quinquenal de desenvolvimento da indústria de turismo, segundo o qual o consumo e a procura do povo ao nível turístico se alterou, portanto, há que dar atenção à inovação e acelerar a promoção dum turismo com características digitais e inteligentes. Na recente sessão de perguntas e respostas, o Chefe do Executivo referiu que o metaverso é o alvo do futuro plano de desenvolvimento da ciência e tecnologia. Nesta nova era, em que a economia está estreitamente ligada às tecnologias, estas têm uma aplicação cada vez mais vasta na sociedade e na economia, assim, a indústria do turismo também tem de adoptar meios tecnológicos para promover o seu desenvolvimento.

Enquanto uma das indústrias mais importantes em Macau, o turismo contribui para impulsionar o desenvolvimento das indústrias envolventes, tais como hotelaria, venda a retalho, lembranças e restauração, dinamizando a economia. O desenvolvimento do turismo inteligente exige tecnologias inovadoras, para que a indústria não seja gradualmente eliminada na actual situação de normalização da prevenção da epidemia. No âmbito do turismo inteligente, as autoridades lançaram, em 2019, três aplicações de telemóvel, para acesso às informações sobre os pontos turísticos e o fluxo de visitantes. Agora, com base nisto, devem aprofundar o estudo sobre um “novo modelo de turismo”, para se adaptarem activamente às mudanças e orientarem a indústria do turismo para a sua adaptação proactiva às mudanças da procura numa situação de normalização da prevenção da epidemia. Devem ainda promover o aproveitamento da tecnologia na indústria do turismo para aprofundar, continuamente, as funções inerentes à exploração, fiscalização, prestação de serviços e exposições. Devem ainda reforçar a integração do turismo+, e para o efeito, há que recorrer aos meios científicos e tecnológicos para desenvolver produtos de experiência digital e novos serviços turísticos, tais como experiências interactivas e imersivas e exposições virtuais, a fim de promover o desenvolvimento de uma indústria turística de alta qualidade e capitalizar as vantagens históricas da coexistência das culturas

chinesa e ocidental em Macau. As autoridades devem, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento de cada zona, desenvolver bairros comunitários com características de Macau, incluindo artes locais e cidade gastronómica, com vista a reforçar a competitividade turística e a injectar novo dinamismo na economia comunitária de Macau, favorecendo o desenvolvimento estável do turismo e da economia guiado pelas novas tecnologias.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 29.08.2022

Estabilizar as três principais indústrias tributárias, fortalecendo a confiança das empresas comunitárias e aumentar a captação de investimentos para impulsionar o desenvolvimento económico de Macau

Segundo o Gabinete do Secretário para a Segurança, se a taxa de desemprego continuar a aumentar, vai aumentar a instabilidade para a segurança de Macau em geral, e o Governo e a sociedade têm de estar altamente atentos. Esta afirmação não é alarmismo, antes pelo contrário, aponta exactamente as dificuldades e a crise que estamos a enfrentar. A actual situação económica de Macau não é optimista, as taxas de desemprego e subemprego continuam em alta e o PIB continua a descer. O rácio global das dívidas não pagas dos empréstimos imobiliários, os empréstimos incobráveis e o rácio dos empréstimos em dívida das PME aumentam de forma contínua. Estes números têm impacto no sistema financeiro de Macau e constituem um risco de crise financeira sistemática.

Gostaria de citar aqui algumas palavras proferidas há dias pelo fundador da Huawei, Ren Zhengfei: "Temos de desacelerar as nossas expectativas demasiadamente optimistas sobre o futuro e tornar a nossa sobrevivência o nosso principal programa". Em suma, as indústrias, pequenas, médias e grandes empresas de Macau enfrentam agora uma situação de vida ou morte, e não podemos permanecer cegamente optimistas em relação ao presente e ao futuro como acontecia no passado.

Face aos problemas do desemprego e do subemprego, o Governo da RAEM e os serviços competentes têm, de facto, desenvolvido muitos trabalhos, por exemplo, lançaram várias medidas de apoio económico, incluindo a criação de um fundo de 10 mil milhões, a atribuição de um subsídio provisório de 20 mil patacas para a contratação de novos trabalhadores, a realização de várias sessões de recrutamento, a implementação de várias rondas de formação subsidiada, etc., trabalhos que merecem o nosso reconhecimento. Porém, o Governo deve estar bem ciente da actual situação e procurar soluções adequadas para os referidos problemas, pois só assim é que será possível conseguir o dobro do resultado com metade do esforço, senão, mais fundos de 10 mil milhões também não conseguem resolver os problemas da população.

Para fazer face à actual crise económica, promover a recuperação da economia e reduzir as taxas de desemprego e de subemprego, o nosso país, o Conselho de Estado, e os governos locais lançaram várias medidas, que merecem ser tomadas como referência pelo Governo da RAEM. Eu e os meus colegas já apresentámos aqui várias vezes as seguintes sugestões:

1. Assegurar a estabilidade da actual base económica e estabilizar a economia comunitária;
2. Captar investimentos, injectar “água viva” e aumentar postos de trabalho;
3. Encontrar soluções adequadas para o desemprego estrutural.

Na realidade, o turismo e o jogo têm sido os nossos pontos fortes, vantagens e pilares do nosso cofre, e, mesmo com o mercado em contracção, continuam a ser indústrias fundamentais, pois os mesmos, em conjunto com as indústrias imobiliária, financeira, industrial e comercial, ocupam mais de metade dos postos de trabalho. Assim, quer no ajustamento de Lei do jogo quer na reconversão económica, o Governo tem necessariamente de dar prioridade à sobrevivência destas indústrias principais, pois, a indústria “Turismo + Saúde” e o desenvolvimento do metaverso e tecnologias altas e novas, que o Governo promove empenhadamente, requerem o apoio do nosso cofre.

Com o abrandamento da epidemia, registou-se, recentemente, um aumento significativo de turistas, e muitos lojistas conseguiram ser beneficiados das oportunidades das férias de Verão, sendo indispensáveis os esforços do Secretário para a Economia e Finanças e da Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura. Perante os feriados dourados no final do ano, por exemplo, o Dia Nacional e o Natal, volto a solicitar ao Governo e ao Secretário para a Economia e Finanças que explorem, activamente, mais fontes de turistas das cidades do Interior da China.

Entretanto, há que captar proactivamente os investimentos, e lançar mais benefícios para atrair investidores e indústrias de qualidade, chineses e estrangeiros, para Macau, para, a longo prazo, revitalizar e economia local, estabilizar o património líquido e aumentar postos de trabalho. Por fim, exorto também o Governo a, atendendo à reconversão da estrutura, proceder ao *upgrade* da formação subsidiada, pois "é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe", pois só proporcionando aos desempregados e jovens mais formação especializada e apoio é que será possível reduzir as taxas de desemprego e subemprego.

2022-08-29 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“A crónica falta de quartos para quarentena e o tratamento desumano para com os passageiros que regressam através do Aeroporto Internacional de Macau (AIM) que mais parece ser uma punição por terem saído de Macau”

Apesar da minha recente intervenção de 11 de Agosto de 2022, solicitando ao Governo, novas e urgentes medidas, relativamente ao processo burocrático de retenção dos passageiros, no AIM, após a sua chegada ao território, onde aguardam pelo alojamento nos hotéis de confinamento, com períodos de espera que variam entre as 10 e 12 horas, lamentavelmente mantêm-se inalteradas estas péssimas condições de recepção de passageiros, com as graves falhas de comunicação e ausência de decisores, mais parecendo estas medidas como “medidas punitivas por terem saído de Macau”.

Não obstante o anúncio, dos Serviços de Saúde, de medidas avulsas, prometendo celeridade no processo nos testes de ácido nucleico, após a chegada dos passageiros e na transferência de passageiros para hotéis de observação médica (quarentena), à medida que fossem saindo os resultados dos testes, visando a redução do tempo de espera dos passageiros, porém a realidade é bem outra, e até pelo contrário, mantiveram-se os inconvenientes, e em muitos casos agravaram-se os períodos de espera para a conclusão do processo e mantendo-se a ausência de responsáveis para tomar decisões e dar informações correctas e precisas aos passageiros.

Para além do coro de críticas, divulgadas através das redes sociais, e veiculadas também nos órgãos de comunicação social, o nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos continuou a receber um número assinalável de reclamações dos passageiros dos últimos dois voos que aterraram no território a 17 e 20 de Agosto.

As queixas apresentadas, para além das crónicas dificuldades na reserva de quartos para quarentena que por teimosia continua por resolver têm mais a ver com as condições desumanas que ocorrem após o desembarque dos passageiros, principalmente os idosos, as grávidas com filhos menores, e os deficientes que não têm qualquer apoio no transporte de pesadas bagagens, à falta de higiene nas casas de banho e a ausência de distanciamento social nas instalações de “penosa espera”.

O “calvário” inicia-se com a longa espera dos autocarros após aterragem do avião. Depois, os passageiros são transferidos para os autocarros, sem que sejam dadas

prioridades aos idosos, deficientes, as grávidas com filhos menores onde demora uma “eternidade” na execução dos testes de ácido nucleico. O sofrimento dos passageiros estende-se à falta de apoios, principalmente apoios aos idosos que são obrigados a “arrastar” as pesadas bagagens do armazém dentro do aeroporto para os autocarros e posteriormente para Pak On e de seguida para o hotel e alguns idosos com netos de menor idade sem alguém do AIM para os poder ajudar.

Na “sala de espera” continua a reinar uma enorme confusão à espera dos resultados dos testes. Os “coitados dos seguranças”, bem esforçaram para esclarecer, informar e responder às perguntas para além das suas funções e responsabilidades como seguranças do aeroporto. No meio disso tudo, temos o “calvário da burocracia” que contribuiu sobremaneira para o aumento de tempo de espera, a falta de informação e de coordenação logística do processo.

Vejamos a queixa que recebemos do voo do dia 20 do corrente que à chegada ao AIM o residente testou positivo ao Covid19. O residente viajou com duas filhas menores (uma de 17 anos e a outra de 9 anos), mas ambas acusaram teste negativo ao Covid19. Este residente, apesar de ter feito reserva para dois quartos separados, foi “forçado” a ficar alojado com as suas duas filhas num quarto de reduzidas dimensões, acabando por infectar as suas próprias filhas. Incidente lamentável e sem que alguém tenha de assumir responsabilidades.

Apesar destes assuntos já terem sido abordado por diversas vezes, no passado, mantém-se a intransigência na interpretação das medidas de confinamento, que obrigam a que filhos menores estejam na companhia dos pais, ou tutores, independentemente do resultado dos testes. A legislação, e as medidas sanitárias, terão que ser revistas para contemplar as exceções necessárias a estas situações.

Classificar de vergonhosa esta recepção aos passageiros no Aeroporto Internacional de Macau é um eufemismo. Esta é uma situação inqualificável, insustentável e repugnante.

Será que, em consciência, qualquer titular de um principal cargo público da RAEM, se sujeitaria a este tipo de tratamento no seu regresso a Macau?

Sugeri anteriormente, a eliminação da burocracia administrativa na retenção dos passageiros no AIM. Não se compreende que com os avanços tecnológicos introduzidos na informatização e recepção antecipada da listagem de passageiros e nos processos de recolha e tratamento de dados, implementados em diversos canais, e suportados por

inúmeras aplicações e ferramentas, pelos serviços públicos, articulados à governação electrónica promovida pelo Governo, se continue a exigir aos passageiros que chegam ao território, nomeadamente aos residentes de Macau, o preenchimento de “papelada” e mais “papelada” cujos dados se encontram disponibilizadas, e armazenadas, na base de dados dos diversos serviços. Isto denota a continuação de grave falta de coordenação e de partilha de dados e de informação, entre os diversos Serviços Públicos. Tudo isto, podia ser simplesmente resolvido com o preenchimento de informações por via electrónica.

Tendo em consideração a taxa elevada de vacinação na RAEM, defendi que fosse substituído o isolamento obrigatório em hotéis, por quarentenas domiciliárias, porquanto as autoridades responsáveis têm aludido “à falta de pessoal suficiente (em sistemas sanitários fechados) para executar todas as medidas necessárias nas chegadas dos viajantes. Esta sugestão, para além de ter um impacto positivo nos potenciais futuros visitantes do território, com óbvios benefícios para a economia local, resolveria também o problema da ausência de instalações para internamento de passageiros infectados, que obriga as autoridades a optarem por soluções insatisfatórias, tais como o alojamento de passageiros assintomáticos e/ou infectados em hotéis de observação médica, aumentando o risco de contágio dos funcionários e auxiliares nesses locais.

Macau tem que voltar a funcionar com normalidade. Tendo em consideração os índices de vacinação da população e no Mundo, e a evolução favorável da pandemia, permitem perspectivar que o vírus continue evoluindo, embora em gravidade reduzida, à medida que a imunidade aumenta devido à vacinação.

Como tenho referido, o território deve implementar um plano de convivência com a COVID-19 e impulsionar a recuperação da economia, tanto na indústria do jogo, como em relação às pequenas e médias empresas e principalmente a restauração com o objectivo de atrair turistas para a indústria de convenções e exposições, sob pena de sacrificar a confiança de investimento no território, aumento do desemprego e suicídios.

Finalmente e para que Macau mantenha a sua competitividade, é necessário que nos empenhemos na implementação de medidas mais arrojadas de reforma e reforço das funcionalidades do território incluindo o AIM diversificando a gestão das rotas aéreas, aumento de pistas e respectivas instalações e incremento das ligações terrestres e marítimas com RAEHK.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 29.08.2022

Promover a retoma da economia e do turismo e otimizar as medidas de prevenção epidémica no tocante à entrada de turistas

Macau quer criar um centro de turismo e de lazer de nível mundial, e as férias do Verão têm sido sempre a época alta do sector do turismo. Contudo, devido a uma situação repentina e imprevista, isto é, a nova vaga da pandemia, que durou desde meados de Junho até ao início de Agosto, ou seja, um mês e meio, grande parte da época alta do Verão coincidiu com o surto de Covid-19. Devido a este surto e à perda da fonte de clientes, a situação económica dos lojistas ficou bastante difícil.

Actualmente, os residentes do Interior da China são a principal fonte de clientela do sector do turismo. Segundo dados da PSP sobre a migração, na primeira metade de 2022, o número dos turistas individuais do Interior da China atingiu 885 mil, menos 1 milhão e 363 mil pessoas, isto é, uma queda de 35,08% em comparação com o período homólogo do ano passado. Mais, com o impacto da pandemia e a alteração à lei do jogo, realidades às quais acresce a legalização do jogo em diversos países do Sudeste Asiático, como a Birmânia, as fontes de clientela dos casinos de Macau foram repartidas, o que fez com que o sector do jogo, elemento dominante da economia de Macau, se deparasse com um dilema. Mais, os sectores relacionados com o jogo também sofreram grande impacto e estão ansiosamente à espera de uma oportunidade que possa “reaquecer” a economia.

Desde o surto de 2019, o número de visitantes tem diminuído significativamente. Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, em 2021, o número de visitantes atingiu 7 milhões 775 mil e 9, um aumento de 30,7% em comparação com 2020, mas, em comparação com os 39,41 milhões registados em 2019, antes da epidemia, registou-se uma redução de 80%.

Para atrair os turistas a visitar e consumir em Macau, é necessário, em primeiro lugar, persistir na normalização da prevenção e controlo da epidemia, e sob a premissa de garantir o controlo eficaz do novo tipo de coronavírus, otimizar a política de prevenção, garantido que os visitantes se sintam seguros e satisfeitos desde que entram até que saem de Macau. O Governo deve reduzir o tempo de espera dos visitantes que chegam a Macau por via aérea, pois o período desde os testes de ácido nucleico à chegada até ao alojamento em hotel de quarentena pode durar mais de dez horas. Ou então, pode seguir a política “3 + 4” de Hong Kong, reduzindo o tempo de quarentena nos hotéis e, em seguida, exigir aos visitantes vários testes de ácido nucleico, alguns dos quais gratuitamente, a fim de garantir a segurança da saúde pública em Macau e, ao mesmo tempo, atrair mais turistas. O Governo deve ainda criar mecanismos para apoiar os turistas retidos em Macau no regresso, o mais rápido possível, às suas terras de origem, evitando-se que permaneçam aqui sem qualquer apoio e que se prejudique a

imagem de Macau enquanto cidade turística.

Têm aumentado as pesquisas por “diversões de Macau”, “informações turísticas sobre Macau”, etc. em algumas aplicações do Interior da China. Apelo e proponho ao Governo e aos serviços competentes do Interior da China para discutirem, em conjunto, sobre a emissão de vistos turísticos e para reduzirem as limitações ou até mesmo isentarem de vistos turísticos os residentes do Interior da China, com vista a alargar a fonte de visitantes. O Governo deve ainda lançar actividades turísticas típicas de Macau, atribuir benefícios aos visitantes, por exemplo, cupões de desconto de 50% em bilhetes de avião e no alojamento em hotéis, descontos e cupões electrónicos de benefício ao consumo, com vista estimular o consumo através de experiências de viagem de qualidade e de baixo custo.

Por último, espero que o Governo aproveite o tempo e as oportunidades do segundo semestre deste ano para avançar com benefícios para os visitantes, promover continuamente o desenvolvimento da economia turística local, revitalizar a economia em todos os sectores, e recuperar a vitalidade do sector do turismo.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 29.08.2022

Divulgação e revisão das leis e consolidação da base através da cultura, para defesa da segurança nacional

A segurança nacional tem implicações com a segurança de qualquer país e com o bem-estar do seu povo. Já há 13 anos, a RAEM elaborou, nos termos do artigo 23.º da Lei Básica, a Lei relativa à defesa da segurança do Estado, mas nos últimos anos, a conjuntura internacional tem-se modificado e encontra-se numa situação sem precedentes nos últimos cem anos. As mudanças foram enormes e profundas. A vigente Lei relativa à defesa da segurança do Estado já não consegue acompanhar o conceito geral de segurança do Estado apresentado pelo Governo Central, nem consegue enfrentar eficazmente os desafios que o ambiente externo coloca à segurança do Estado, por isso, o Governo da RAEM deve proceder atempadamente à revisão da lei, para cumprir a sua responsabilidade constitucional de defesa da segurança nacional e favorecer o desenvolvimento estável da RAEM.

Nos termos do artigo 11.º da Lei de Segurança Nacional da República Popular da China (doravante designada por Lei de segurança nacional), “A soberania e a integridade territorial da China são invioláveis e inalienáveis. A defesa da soberania, unidade e integridade nacionais é um dever comum de todo o povo chinês, incluindo os compatriotas de Hong Kong, Macau e Taiwan.” Isto quer dizer que na defesa da segurança nacional, existe apenas um país e não dois sistemas.

Com vista a reforçar a defesa da segurança do Estado em Macau através da revisão da lei, apresento as seguintes duas sugestões:

1. Divulgação jurídica através da revisão da lei - Mais vale prevenir do que remediar

A Lei n.º 2/2009 (Lei relativa à defesa da segurança do Estado) já entrou em vigor há muito tempo, no entanto, nem todos os cidadãos, especialmente os jovens, a conhecem bem, por isso, as autoridades devem aproveitar esta revisão legislativa como oportunidade para a divulgação jurídica, reforçando a divulgação das alterações ao conteúdo da lei, para elevar a consciência do público sobre a defesa da segurança do Estado. Devem ainda realçar na educação cívica o conceito de Estado, a relação entre o princípio “Um País, Dois Sistemas” e a segurança do Estado, os direitos e deveres do povo, e construir o conceito de patriotismo e de cumprimento da lei, para atingir o objectivo – “mais vale prevenir do que remediar”.

2. Fortalecer a base através da cultura, nutrir o patriotismo e salvaguardar a segurança nacional

A Perspectiva Geral da Segurança Nacional abrange mais de dez áreas

cruciais, e a segurança cultural é a quinta, seguindo a segurança das áreas política, territorial, militar e económica. A cultura é soma da mentalidade e moralidade, e a sua segurança significa que a volição e a orientação de valores devem estar livres de interferências, e é base das outras seguranças. Uma das causas principais do motim na região vizinha é a perda de equilíbrio cultural, e falha e falta de educação, deixando os jovens ignorantes sobre a história da China, em especial o último século de luta e derrame de sangue do povo, sem sentido de pertença ao País e à nação, nem visão de país-lar, e mais grave ainda, sem identidade cultural, tornando-os vulneráveis à instigação e manipulação por forças hostis. Isto foi um problema relevante da segurança cultural. Esta experiência merece a nossa atenção. Assim, apelo ao Governo para reforçar a construção duma base que se caracterize pela predominância da cultura chinesa e coexistência de culturas diversificadas, mobilizando a sociedade, e lançando rapidamente mais programas, para garantir a segurança cultural do País na RAEM, seguindo o artigo 23.º da Lei de segurança nacional do País: “continuar e potenciar a excelência da cultura tradicional da nação chinesa”, “prevenir e resistir às influências de culturas prejudiciais, manter o domínio ideológico, e elevar a força e a competitividade cultural”.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 29.08.2022

Transformar Macau no centro de património intangível culinário, e reforçar a imagem de capital gastronómica

O património cultural intangível é a alma de qualquer país, e no caso da China, é uma relíquia espiritual refinada ao longo da história da nação. A culinária, enquanto técnica classificada na lista do património intangível, é uma pérola da cultura chinesa. A 8.^a lista do património intangível, recentemente divulgada pela Província de Guangdong, abrange elementos marcadamente regionais, com ampla aceitabilidade e forte potencial cultural, como o *Yam Cha*, a preparação de larvas do Distrito Doumen, Zhuhai, e a ceia de Chaozhou, que têm muitas vezes, por trás, uma origem histórica ou lenda interessante, atraindo o paladar e a curiosidade cultural dos clientes.

Macau faz parte da lista das cidades criativas de gastronomia, e o seu inventário do património cultural intangível inclui a culinária, nomeadamente, a confecção de pastéis de nata, doces de barba de dragão, biscoitos de amêndoa, e massas de Jook-Sing. A preparação de chás medicinais e a cozinha macaense integram a 5.^a Lista Nacional do Património Cultural Intangível. Mais, a construção da Grande Baía acarreta vantagens para a integração de cozinhas regionais. Macau é conhecida como centro mundial de turismo e lazer, e capital gastronómica, e se introduzirmos a constelação gastronómica de restaurantes e receitas antigas da China, espalhando-a por toda a cidade, para os visitantes saborearem o património intangível culinário nacional, essa imagem de Macau sairá reforçada, a integração no desenvolvimento nacional será espelhada, e o papel de Macau enquanto base com predominância da cultura chinesa será destacado. Mais, isto vai criar oportunidades para a metamorfose dos restaurantes, que são maioritariamente negócios familiares e de pequena dimensão, transformando-os em novas experiências culturais. Vai ter um resultado benéfico para todos.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. O sector do turismo deve reforçar o intercâmbio com o mercado da Grande Baía. O Governo deve definir políticas, medidas e procedimentos facilitadores, promover o intercâmbio do turismo, da gastronomia e da cultura, introduzir a gastronomia da Grande Baía, transformando Macau num centro de restauração enquanto património cultural intangível da Grande Baía, reforçar a imagem de Macau enquanto Cidade Criativa de Gastronomia, explorar em conjunto novos caminhos de cooperação na área da gastronomia enquanto património cultural intangível da Grande Baía, e promover a cultura gastronómica da China, que tem uma longa história.

2. Há que criar itinerários de gastronomia enquanto património cultural

intangível. Há que adoptar diferentes meios para promover Macau na introdução da gastronomia - património cultural intangível. Há que, através da criação de vários itinerários e informações gastronómicas apropriadas para os residentes de Macau e os turistas, reforçar a divulgação na *internet*, expondo a história, cultura, rituais e costumes ligados à gastronomia, para que os residentes e os turistas possam sentir plenamente a vitalidade da cultura chinesa.

3. O surto epidémico afectou a estrutura económica de Macau, resultando em muitos desempregados nos vários sectores, tais como, o jogo, o turismo e a venda por grosso e a retalho. Sugiro ao Governo que abra mais cursos de formação para diferentes tipos de trabalho e funções, por exemplo, cozinheiros e pasteleiros, que fazem comida típica da Grande Baía, destinados à transformação do desemprego estrutural, e para a criação de condições favoráveis à diversificação adequada da economia.

Em resumo, o Governo deve dedicar-se ao desenvolvimento do intercâmbio e cooperação gastronómica da Grande Baía e introduzir gradualmente o património intangível culinário da Grande Baía em Macau. Usando a gastronomia como veículo de transmissão, combina-se Macau com o itinerário de turismo de lazer na Grande Baía, para criar uma “viagem gastronómica *one-stop*” para toda a população do país e turistas estrangeiros, aproveitando o centro de gastronomia da China para consolidar ainda mais a função de “uma base”, reforçando o conhecimento e o reconhecimento das novas gerações sobre a cultura chinesa.